

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXV • Nº 71

Poder Legislativo

Recife, sábado, 3 de maio de 2008

FOTOS: DIVULGAÇÃO

ARTISTA - *Múltiplas habilidades e autor de vários livros que variam da temática infantil à poesia*



Jessier Quirino exalta a nordestinidade



Segunda Cultural traz poeta paraibano no dia 5

O humor terá presença garantida na edição de maio do Segunda Cultural. O projeto trará para a Assembléia Legislativa, dia 5, o poeta paraibano Jessier Quirino. Conhecido por abordar a nordestinidade em tudo o que faz, Quirino mistura lirismo, poesia matuta, sarcasmo e amor nas apresentações. O evento tem início às 18h e é aberto ao público.

Após a apresentação, o artista receberá uma turma de 40 alunos da Educação para Jovens e Adultos da Escola Municipal Córrego do Euclides que atualmente trabalham com os textos do poeta em sala de aula. Cada estudante recebeu um livro do autor e terá a oportunidade de autografar a publicação. Para quem desejar adquirir livros de Quirino e solicitar autógrafa, os volumes estarão expostos no salão nobre do Palácio Joaquim Nabuco.

Nascido em Campina Grande, mas filho adotivo de Itabaiana, onde reside desde 1983, Jessier Quirino é,

hoje, um dos nomes festejados no meio artístico nacional. É visto como um digno representante da cultura popular nordestina. Interessado na tradição verbal do seu povo, o poeta persegue fatos e histórias do Interior e prende a atenção do público contando causos nordestinos.

É um ícone de múltiplas habilidades e já publicou vários livros, que variam da temática infantil à poesia. Além disso, lançou CDs e escreveu cordéis. Numa nova vertente artística, encarnando o personagem Euclides Villar, fez parte do elenco da microssérie *A Pedra do Reino*, do dramaturgo Ariano Suassuna, veiculada pela *Rede Globo* em junho do ano passado.

O Segunda Cultural foi criado pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa em 2003. Os artistas que se apresentam não cobram cachê. O evento acontece nas primeiras segundas-feiras do mês e visa aproximar o Poder Legislativo da sociedade, além de ser um espaço de promoção para os artistas pernambucanos.

Atos

ATO Nº 993/08

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 023/2008, do Deputado Everaldo Cabral,

RESOLVE: exonerar DAVI SOARES DA SILVA, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, nomeando para o referido cargo, SEVERINA LÚCIA DE LIMA SANTOS FILHA, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 87,93% (oitenta e sete vírgula noventa e três por cento), a partir de 1º de maio do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 25 de abril de 2008.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO Nº 1007/08

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 30/2008, da Deputada Carla Lapa,

RESOLVE: exonerar IVONETE MARCELINO DA SILVA, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, REGINA CARLA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA PIMENTEL, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 22,80% (vinte e dois vírgula oitenta por cento), a partir de 1º de maio do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 30 de abril de 2008.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO Nº 1013/08

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 085/2008, do Deputado Antônio Figueirôa,

RESOLVE: exonerar EULÁLIA PEREIRA FELIZARDO, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, PL-CGC, atribuindo-lhe a gratificação de 90% (noventa por cento), a partir de 05 de maio do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 02 de maio de 2008.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 1014/08

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 085/2008, do Deputado Antônio Figueirôa,

RESOLVE: exonerar GETÚLIO DIAS DE BRITO, do cargo em

comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando-o para o cargo em comissão de Assessor Especial, PL-ASC, atribuindo-lhe a gratificação de 31,65% (trinta e um vírgula sessenta e cinco por cento), a partir de 05 de maio do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 02 de maio de 2008.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO NA REUNIÃO DO DIA 29 DE ABRIL DE 2008.

EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, NO ÚLTIMO DIA 20 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, PESQUEIRA COMEMOROU 128 ANOS DE ELEVÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE. A FUNDAÇÃO DA CIDADE DATA DO ANO DE 1800, QUANDO O CAPITÃO-MOR MANUEL JOSÉ SIQUEIRA HERDOU AS TERRAS DE ANTONIO DOS SANTOS COELHO, PRIMO DE DUARTE COELHO, PRIMEIRO DONATÁRIO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, AINDA NO BRASIL COLONIAL. NAQUELA ÉPOCA, O LOCAL ERA BASICAMENTE FORMADO POR UMA ALDEIA DE ÍNDIOS DA TRIBO XUKURUS. AOS POUCOS, O LUGAREJO COMEÇOU A CRESCER E LOGO RECEBEU O TÍTULO DE SEDE DO MUNICÍPIO DE CIMBRES. SOMENTE EM 1880, O LUGAR FOI ELEVADO À CATEGORIA DE CIDADE, JÁ COM O NOME DE PESQUEIRA. É CONSTITUÍDA PELOS DISTRITOS VILAS E POVOADOS DE: CIMBRES, MIMOSO, MUTUCA, PAPAGAI, SALOBRO, IPANEMA, CAJUEIRO, BEIRA-MAR, CAPIM DE PLANTA E CACIMBÃO. PESQUEIRA É RECONHECIDA PELA EMBRATUR COMO UM LOCAL DE ELEVADO POTENCIAL TURÍSTICO, QUE HOJE CONTA COM UM DOS MELHORES HOTÉIS DA REGIÃO. FAÇO REGISTRO, TAMBÉM, DE UM DOS PRINCIPAIS SANTUÁRIOS DO ESTADO: A TRICENTENÁRIA VILA DE CIMBRES, ONDE ACONTECEU A APARIÇÃO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, FATO ESSE RESPALDADO PELA IGREJA CATÓLICA. O MUNICÍPIO É UM DOS PRINCIPAIS DESTINOS DO TURISMO NO INTERIOR E SUA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL VEM DANDO ÊNFASE A ESSA ATIVIDADE. NA ÁREA CULTURAL, A CIDADE É CONHECIDA PELO SEU FAMOSO E RICO ARTESANATO DE RENDA E PELOS SABOROSOS DOCES.

ILUSTRES PERSONALIDADES PÚBLICAS FAZEM PARTE DA HISTÓRIA DE PESQUEIRA. DENTRE ESSAS, PODEMOS CITAR O CARDEAL ARCOVERDE (PRIMEIRO CARDEAL DA AMÉRICA LATINA), O BARÃO DE CIMBRES, O CONSELHEIRO PAES BARRETO, DOMINGOS SOUZA LEÃO, O INDUSTRIAL E ENGENHEIRO AGRÔNOMO MOACYR DE BRITO, POLÍTICOS COMO MANOEL TENÓRIO, JOÃO DE ARAÚJO LEITE E LUIZ NEVES. OS DESEMBARGADORES WALDEMAR LINS, HÉLIO SIQUEIRA CAMPOS E FAUSTO VALENÇA FREITAS, PARA FICAR APENAS ENTRE OS MAIS RECENTES. OS JORNALISTAS ZEFERINO, ANÍSIO GALVÃO, POTIGUAR MATOS, PAULO OLIVEIRA, VANDECK SANTIAGO E CARLOS SINÉSIO. O CONSULTOR TRIBUTARISTA E EX-SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL.

AO COMPLETAR SEUS 128 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, PESQUEIRA TEM O ORGULHO, POR MEIO DO SEU ATUAL PREFEITO, JOÃO EUDES MACHADO TENÓRIO, DE PRESTAR CONTAS ÀS EUIEDES MACHADO TENÓRIO, UM MUNICÍPIO COMPROVADAMENTE TRANSFORMADO, CONSTATAÇÃO ESSA FEITA POR MEIO DOS ALTOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO DA SUA ADMINISTRAÇÃO. COMPETENTE E OPEROSO EMPREENDEDOR PÚBLICO, EUDES VEM ARREGIMENTANDO FORÇAS E PROCURANDO OUVIR E ATENDER A POPULAÇÃO NA SUA TOTALIDADE, OU SEJA, VEM CONSEGUINDO DESENVOLVER AÇÕES EFETIVAS NA CIDADE.

A HUMILDADE COM QUE TRATA OS SEUS MUNICÍPIOS, FAZ DELE UM POLÍTICO CUJA DIMENSÃO JÁ CHEGOU A FIGURAR, SEGUNDO ENQUETES DE REVISTAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL, ENTRE OS 100 MELHORES

ADMINISTRADORES PÚBLICOS DO PAÍS E PRIMEIRO LUGAR ENTRE OS PREFEITOS PERNAMBUCANOS. REGISTRO, AINDA, A ATUANTE SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DAQUELE MUNICÍPIO, CLEIDE OLIVEIRA. UMA EXEMPLAR ADMINISTRADORA, DE ESPÍRITO PÚBLICO E COMPROMETIDA COM AS CAUSAS EDUCACIONAIS. O TRABALHO IMPLEMENTADO POR CLEIDE FIZ COM QUE PESQUEIRA RECEBESSE IMPORTANTES PRÊMIOS NA ÁREA, QUE ENGRANDECEM A SUA COMPETENTE EQUIPE E A COMUNIDADE PESQUEIRENSE EM GERAL. A ADOÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SEM ESQUECER DO LADO SOCIAL, CONTRIBUIU, TAMBÉM, PARA QUE PESQUEIRA VOLTASSE A SER DESTAQUE NA AGROPECUÁRIA. A INSTALAÇÃO DA USINA DE BIODIESEL, TRARÁ UMA NOVA OPORTUNIDADE AO PRODUTOR RURAL COM O RETORNO DO PLANTIO DA MAMONA. ESTIMA-SE QUE CERCA DE 5.000 EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS SEJAM CRIADOS A PARTIR DESTA EMPREENHIMENTO. A TRANSFORMAÇÃO DE PESQUEIRA EM VERDADEIRA POTÊNCIA REGIONAL É MOTIVO DE RECONHECIMENTO PARA TODOS. O PREFEITO E TODOS QUE FAZEM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, A CÂMARA DE VEREADORES, OS EMPRESÁRIOS, OS CLUBES DE SERVIÇOS, OS ESTUDANTES, OS TRABALHADORES EM GERAL, COMEMORARAM NO ÚLTIMO DIA 20 DE ABRIL DE 2008, AS GLÓRIAS DE UM MUNICÍPIO QUE, AO COMPLETAR SEUS 128 ANOS, É REFERÊNCIA E MOTIVO DE ORGULHO PARA TODOS OS PERNAMBUCANOS.

TENHO DITO SENHOR PRESIDENTE.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO BRINGEL NA REUNIÃO DO DIA 30 DE ABRIL DE 2008.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS, VENHO NESTE GRANDE EXPEDIENTE, FALAR DA IMPORTÂNCIA EM DAR UMA MELHOR CONDIÇÃO DE TRABALHO AO CPRH, ÓRGÃO AMBIENTAL DO NOSSO ESTADO. HOJE TRANSFORMADA EM AGÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 049, DE 31 DE JANEIRO DE 2003.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS NO RECENTE EPISÓDIO DO LICENCIAMENTO EMERGENCIAL DO POLO GESSEIRO DO ARARIPE, A CPRH EMPENHOU-SE EM ATENDER AOS INTERESSADOS DA FORMA MAIS DIRETA QUE SE ENCONTRAVA EM SUA DISPOR, MOBILIZANDO AS PESSOAS E RECURSOS DISPONÍVEIS PARA FAZER FACE AO ATENDIMENTO EMERGENCIAL, ATENDENDO EM PRAZOS DE LICENCIAMENTO EM CINCO DIAS, ENVIANDO GRUPO DE TRABALHO PARA A ÁREA DO ARARIPE E CONSOLIDANDO AS LICENÇAS NECESSÁRIAS.

PORTANTO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS, APESAR DO ESFORÇO DA PRESIDÊNCIA DO CPRH NA PESSOA DO ADVOGADO DR. HÉLIO GURGEL, TORNA-SE PRIORITÁRIO PARA A EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES A IMEDIATA REALIZAÇÃO DE UM CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO EFETIVO DA AGÊNCIA.

A AGÊNCIA DISPÕE DE UM QUADRO FUNCIONAL INCOMPATÍVEL PARA A MISSÃO QUE DEVE CUMPRIR, ATENDENDO A TODO O ESTADO PERNAMBUCANO. SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS, VEJA ONDE ESTÁ A MINHA GRANDE PREOCUPAÇÃO, HOJE 26% DO QUADRO DOS FUNCIONÁRIOS TERÃO SEUS CONTRATOS EXTINTOS NO DIA 1 DE JULHO DESTE ANO. COM O DESLIGAMENTO DESSES FUNCIONÁRIOS A CPRH, PASSARÁ A CONTAR COM UMA FORÇA DE TRABALHO BASTANTE REDUZIDA. ENTENDEMOS SENHORES, QUE O CONCURSO PÚBLICO É A MANEIRA LEGAL DE FORTALECER O ÓRGÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE COM UM CORPO TÉCNICO QUE SEJA QUANTITATIVAMENTE E QUALITATIVAMENTE CAPAZ DE CUMPRIR COM A MISSÃO PARA QUAL FOI CRIADA A INSTITUIÇÃO.

CONTUDO SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS, O CPRH, ÓRGÃO ESTE RESPONSÁVEL POR ANÁLISE, VISTORIA, FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO, DOS EMPREENHIMENTOS COMO A REFINARIA DE PETRÓLEO, A PETRO-QUÍMICA, POLO FÁRMACO-QUÍMICO, HEMOBRAÇAS, SÁDIA, PERDIGÃO, RODOVIAS BR 104, BR. 108, FERROVIA TRANSNORDESTINA, ETC. NÃO PODE FUNCIONAR SEM QUADRO EFETIVO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS. TAMBÉM É IMPORTANTE INFORMAR QUE A CPRH, ATENDE AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL, E DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

FINALMENTE, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS, FAÇO APELO A MESA DIRETORA, QUE FAÇA GESTÃO JUNTO AO GOVERNADOR DO ESTADO, DR. EDUARDO CAMPOS E AO SECRETÁRIO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DR. ARISTIDES MONTEIRO, AO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE MEIO AMBIENTE DR. HÉLIO GURGEL, QUE COLOQUE NA PAUTA DE PRIORIDADE DO GOVERNO A EXECUÇÃO DE UM CONCURSO PÚBLICO PARA O CPRH, URGENTE.

MUITO OBRIGADO!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 02 DE ABRIL DE 2008.

Caravana Cremepe/Simepe

Venho à tribuna hoje registrar e parabenizar o Conselho Regional de Medicina – CREMEPE e Sindicato dos Médicos de Pernambuco – SIMEPE, pelo comprometimento com a sociedade representado no projeto Caravana do CREMEPE/SIMEPE.

O trabalho da Caravana começou há quatro anos com o objetivo alertar as pessoas, as autoridades e a sociedade civil

organizada dos principais problemas enfrentados pela população de Pernambuco, não só na área da saúde, como também educação, violência, igualdade racial, drogas, geração de renda, prostituição e abuso sexual.

Em 2005 foram 60 cidades visitadas. Em 2006, 44 municípios. Somou-se mais 41 municípios em 2007. Agora em 2008, outros 36 locais completaram a lista de 181 municípios, da Zona da Mata, Agreste e Sertão, elaborada pela equipe da Caravana. Em todos os municípios por onde a equipe da Caravana passou foram realizadas entrevistas com a população, reuniões com os conselheiros de Saúde, conselheiros Tutelares, prefeitos e secretários municipais de saúde, administração, educação, entre outros.

Além dessas ações, houve fiscalização nas unidades de saúde, nos hospitais dos municípios e divulgação do número 100. O disque denúncia da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, contra abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Para essa empreitada foi escalado um verdadeiro time. Além dos profissionais do CREMEPE e do SIMEPE, as equipes foram compostas por convidados do Ministério Público e representantes de organizações ligadas à infância, juventude, mulher e direitos humanos.

Estudantes de Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Jornalismo, Direito, profissionais de arte, de saúde, representante de etnias indígenas, movimentos populares de comunidades, promotores, delegados, advogados, jornalistas e antropólogos, também participaram da iniciativa.

O resultado de todo esse empenho foi divulgado nesta segunda - dia 31 de março. E o panorama não é bom. A realidade a cerca de 80% dos municípios do Estado, com menos de 30 mil habitantes, destoa assustadoramente do encontrado na Região Metropolitana do Recife. O cenário é de miséria, exploração e falta de acesso a direitos básicos.

“O projeto Caravana do Cremepe não se limita a averiguar as condições de atendimento médico das cidades pernambucanas. Nossa ação foi além disso e acabamos fazendo um grande retrato de cada município. O que encontramos foi uma população totalmente abandonada, sendo humilhada diariamente e sem consciência de seus direitos mais básicos”, explicou o coordenador da Caravana e conselheiro do Cremepe, Ricardo Paiva.

Nas unidades de saúde e hospitais falta de remédios, as escalas são furadas, é número de profissionais é insuficiente e infra-estrutura deficiente. Algumas unidades utilizam medicamentos e espectros vaginais vencido. Já teve casos que os instrumentos médicos foram esterilizados numa panela de pressão.

As taxas de cesáreas variam entre 32 e 36% dos partos - que é um índice elevado - representa quase inexistência de políticas públicas na área do planejamento familiar.

No âmbito da educação, caravaneiros relatam a precariedade dos transportes escolares - geralmente feitos por paus-de-arara - e a merenda escolar de baixa qualidade, dado que os municípios recebem apenas R\$ 0,22 por criança/dia. Outra constatação bastante grave é a grande incidência de prostituição infantil, em todas as cidades visitadas. “Em alguns lugares, pais alugam seus filhos por R\$ 2 a noite e, em outros, o sexo oral custa R\$ 0,10.”, diz Ricardo Paiva, coordenador da Caravana.

Na maioria dos municípios, água só é fornecida a cada 7 ou 15 dias. Em Alagoinha o caso é ainda mais grave. Foi constatado que a população está sem água nas torneiras desde outubro do ano passado.

O aumento do tráfico e consumo de crack no interior - mais barato que a maconha - também se destaca pelo envolvimento de crianças de oito a dez anos. Participantes armadas de organizações criminosas.

O CREMEPE vai encaminhar o relatório para os Governos Estadual e Federal, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, Congresso Nacional e entidades nacionais e internacionais ligadas à área da saúde. Além disso, os caravaneiros pretendem produzir um vídeo para promover debate e conscientização da população.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 15 DE ABRIL DE 2008.

DENGUE

O Aedes aegypti é originário do Egito, daí a origem do nome dele, que deriva do Grego e do Latim. Aedes é de origem grega e quer dizer desagradável, odioso, enquanto AEGYPTY é de origem latina e significa do Egito.

O Aedes aegypti se espalhou pelo mundo a partir da África, provavelmente da região nordeste, principalmente através do tráfego marítimo. O transmissor da dengue e da febre amarela, hoje conhecido como Aedes aegypti, foi descrito cientificamente pela primeira vez em 1762, como Culex aegypti.

No Brasil, o Aedes aegypti chegou no período colonial com as embarcações que transportavam escravos. Há registro da ocorrência da doença em Curitiba, no Paraná, no final do século XIX, e em Niterói, no Rio de Janeiro, no início do século XX. Em 1850, ocorria a primeira epidemia de febre amarela no país, atingindo cerca de um terço dos moradores do Rio de Janeiro. A doença foi responsável por elevado número de mortes no Rio (em 1902, foram mais de 900 óbitos). O combate ao mosquito se intensificou a partir de então, com Oswaldo Cruz.

Em 1955, uma grande campanha realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde erradicou o Aedes aegypti do Brasil e de diversos países americanos. Mas o mosquito permaneceu presente no continente, e com o relaxamento do controle, ele voltou a espalhar-se no fim da década de 60.

Atualmente, a erradicação do Aedes aegypti é considerada praticamente impossível, segundo à Fiocruz, devido ao crescimento da população e à ocupação desordenada e falta de infra-estrutura dos grandes centros urbanos. Para se ter uma idéia, o Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães calcula que para cada morador do Recife, temos cerca de 2 milhões de ovos do mosquito transmissor.

Reconhecida há aproximadamente 200 anos, a dengue é uma doença febril aguda, de etiologia viral e de evolução benigna na forma clássica. É hoje a mais importante arbovirose que afeta o homem e constitui sério problema de saúde pública no mundo. Atinge, principalmente, a maioria dos países tropicais, onde o clima e os hábitos urbanos criam as condições que favorecem o desenvolvimento e a proliferação do mosquito vetor.

Atualmente, a prevalência mundial da dengue gira em torno dos 100 milhões de casos/ano, em população de risco de 2,5 a 3

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo,** Cynthia Barreto (Assistente Chefe); **Auditoria,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Larissa Rodrigues, Renata Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida, Silvana Fonseca e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Andréa Neves, Hortência Cecílio e Solange Mendonça; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

bilhões de seres humanos. A forma mais grave da doença, do tipo hemorragica (FHD), e a síndrome de choque da dengue (SCD) atingem pelo menos 500 mil pessoas/ano, apresentando taxa de mortalidade de até 10% para pacientes.

Segundo dados da Organização Panamericana da Saúde – OPAS , entre 1995 e 2001 registrou-se 2.471.505 casos de dengue em 44 países das Américas. Dos quais 48.154 casos foram da forma hemorrágica, com 563 óbitos.

Brasil, México, Colômbia, a Venezuela, Nicarágua e Honduras são os países que apresentaram número elevado de notificações, com pequena variação ao longo do período.

Em 1976, depois de quase 60 anos de erradicação da dengue no Brasil, houve a reintrodução do vetor da doença no país. Na época, as condições socioambientais eram favoráveis à expansão do *Aedes aegypti*. Os métodos tradicionalmente empregados no combate às doenças transmitidas por vetores no continente sul-americano não foram eficazes. Os programas foram essencialmente centrados na utilização de produtos químicos e não contou com participação da comunidade, além de ter faltado integração intersetorial.

Dados revelam que de 1986 a outubro de 1999 foram registrados no Brasil, 1.104.996 casos de dengue em dezenove dos vinte e sete Estados do Brasil. E o número de municípios infestados pelo mosquito transmissor da dengue, dobrou nos últimos 10 anos. Num total 3.970 municípios.

O Rio de Janeiro foi que apresentou os índices mais alarmantes nesse período. Em 2002, o estado foi castigado com uma epidemia de dengue do vírus tipo 3, o mais virulento. Mais de 400 mil pessoas contraíram a doença e 91 pessoas morreram - 65 só na capital. Foi o ano com mais casos de dengue na história do país, concentrados no Rio de Janeiro. Na atual epidemia (2008), já foram registrados quase 50 mil casos da doença e 80 mortes em todo o Estado, sendo 47 somente na cidade do Rio de Janeiro.

Em Pernambuco, a Secretaria Estadual de Saúde – SES confirmou 320 casos de dengue em desde o início do ano, sendo três deles do tipo hemorrágico.

Há uma semana confirmou-se o primeiro óbito por dengue no Estado, um menino de oito anos. Ontem, foi confirmada a morte do cobrador por dengue hemorrágica. E mais duas mortes estão sendo investigadas. Em 2007, cerca de 3.370 casos de dengue do tipo clássica, 46 de dengue hemorrágica e oito mortes em todo Pernambuco.

Para combater o flagelo é necessária a colaboração de todos. O voluntariado é extremamente importante neste momento de risco epidêmico. Através do lançamento (ocorrido no dia 12 deste mês – Dia D de Combate contra a Dengue) de uma série de medidas, que incluem a prevenção, a educação, a notificação e a ampliação da oferta de leitos na rede pública, a SES pretende frear o avanço da doença em nosso Estado.

Neste intento, vêm promovendo ações efetivas, de forma integrada, com vários setores do estado e da sociedade, como os núcleos de epidemiologia. Dezenove hospitais públicos e privados de Pernambuco foram transformados em unidades sentinelas de combate à dengue, com ampliação de leitos de retaguarda.

Outras ações também merecem destaque, como o mutirão de recolhimento de recipientes que venham a acumular água parada, realizado através de uma parceria com o Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis; a intensificação na mídia de campanhas preventivas e o uso de software desenvolvido pela UFPE que possibilita uma visualização dos casos e focos de dengue em Pernambuco de acordo com o bairro, compondo mapas detalhados, o que permite ao gestor público uma ação mais efetiva por bairro, comunidade ou rua. Outra vertente do plano é a capacitação dos profissionais de saúde, entre enfermeiros e médicos da rede pública e privada, sobre diagnóstico e tratamento da dengue e reforço na aparelhagem.

De novembro de 2007 para cá, 190 profissionais da rede pública e privada foram capacitados.

Trinta equipamentos de UVB portátil, bombas para borriração de produtos em residências, foram encomendados. Pernambuco conta hoje com 3,5 mil agentes de endemias que visitam as casas com o objetivo de eliminar os focos. É importante destacar que a luta contra o mosquito é preventiva. Depende de ações diárias de nossos agentes de endemias. Os municípios precisam ter um setor de epidemiologia funcionando bem para que tenhamos um controle satisfatório do vetor. Uma política de valorização desses profissionais passa pela efetivação dos mesmos no serviço público. Muitos municípios têm efetivado os agentes comunitários de saúde e não o fazem com os seus agentes de endemias.

É importante multar quem deixar água acumulada - são as infrações sanitárias. Antes, temos que educar. Realizar mutirões contra o mosquito.

Premiar quem ajudar. Assim tem funcionado em algumas cidades do interior paulista.

Cientistas descobriram na Índia uma planta que pode ajudar no combate à dengue. É a **Solanum vilosum**. Além de eliminar as larvas do mosquito o extrato da planta também daria um repelente mais eficaz do que os sintéticos. A SES deve repassar este ano um total de R\$ 2,3 milhões para os municípios de recursos do tesouro estadual, além dos recursos do Ministério da Saúde, usualmente transferidos, via fundos municipais de epidemiologia, para medidas de controle da enfermidade.

A dengue, no entanto, é problema de todos. Municípios, Estados e União têm que, cada um, cumprir sua parte, mas, além disso, o agravo exige envolvimento de todos. Toda a comunidade precisa colaborar no combate ao mosquito.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 17 DE MARÇO DE 2008.
<i>Aumenta incidência de Aids em idosos</i>

Senhoras de uma época que tinham de se casar virgens e deviam obediência aos maridos, muitas idosas seguem a norma cultural da época à risca. Hoje, algumas delas, viúvas, guardam dos homens com quem passaram a vida inteira uma dura lembrança. São portadoras do HIV, o vírus da Aids. Pesquisas em vários serviços de infectologia do país com idosos HIV positivos atendidos em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco tem mostrado que, entre as mulheres de mais de 60 anos, 75% são infectadas pelos maridos. Entre os homens, 80% contraem o vírus em relações fora do casamento. A idéia equivocada de que os idosos não fazem sexo, pode

minimizar o problema da doença na cabeça de gestores de saúde, de médicos que não pensam no diagnóstico e da sociedade que tem conceitos falsos sobre a sexualidade na melhor idade. É comum que a mulher perca a libido com a idade; Isso é fato; Que tenha a lubrificação vaginal diminuída. Mas o homem não sublima a sexualidade. É então que ele busca o sexo fora do casamento. Hoje há remédios para disfunção erétil. E, eventualmente, quando faz sexo com sua mulher, pode contaminá-la.

No Hospital das Clínicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), o levantamento entre as pacientes com HIV mostrou que elas tiveram na vida, em média, dois parceiros sexuais. Não pesquisaram os homens. As mulheres não cogitam usar camisinha porque se sentem protegidas no casamento. Muitas infectadas dizem que nunca tiveram contato com um preservativo.

A Aids não é doença apenas de gente jovem. A sociedade precisa acabar com todos os preconceitos em relação à doença: que só mulheres promiscuas contraem o vírus, que só jovens.Em muitos pacientes, se observa que, enquanto o homem se sente culpado por ter contaminado a mulher, ela tende a perdoar o marido. Algumas não cogitam a hipótese de o marido ter mantido relações fora do casamento. Há mulheres que acreditam que o marido se infectou por causa de transfusão de sangue em cirurgia de catarata. Essa cirurgia, como se sabe, não precisa de transfusão. A mulher mais velha guarda do homem uma visão de provedor, protetor.

Há faixas etárias em que a incidência da Aids está diminuindo. Entre os idosos, porém, está aumentando. Nos homens com mais de 60 anos, os novos casos subiram de 5,8 (por 100 mil habitantes) em 1996 para 9,4 em 2006. O índice entre as mulheres com mais de 60 subiu de 1,7 para 5,1. As políticas de saúde na prevenção e no tratamento não podem esquecer esses dados.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 2008.
<i>CHESF - 60 ANOS</i>

1 – TEMPOS DE PIONEIROS
<i>“Delmiro deu a idéia. Apolônio aproveitou. Getúlio fez o decreto. E Dutra realizou. O Presidente Café a usina inaugurou. E graças a esse feito de homens que têm valor Meu Paulo Afonso foi sonho que já se concretizou”.</i>
<i>Luiz Gonzaga/Zé Dantas</i>

1913: Delmiro Gouveia, empreendedor e visionário, tinha construído no povoado da Pedra em Alagoas, hoje cidade de Delmiro Gouveia, uma fábrica de linhas e fios de algodão e precisava de energia elétrica para acionar as máquinas da Companhia Agro-Fabril Mercantil. Em Angiquinho, na margem esquerda da cachoeira de Paulo Afonso e aproveitando metade de sua queda, uma usina hidrelétrica de 1500 HP, encravada na rocha, começa a gerar energia que movimenta as máquinas da fábrica e ilumina as casas da Vila Operária distante 30 quilômetros da cachoeira. O Nordeste ganhava a sua primeira hidrelétrica e a sua primeira linha de transmissão, trinta anos após a entrada em operação da primeira hidrelétrica brasileira no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais.

A hidrelétrica do Angiquinho foi precursora do complexo de Paulo Afonso e sua energia também foi utilizada na construção da primeira usina da CHESF.

Em 1945, no dia 03 de outubro, véspera da data em que se comemora o nascimento de São Francisco, Getúlio Vargas, presidente que seria deposto no mesmo mês, assinou um Decreto-Lei que tomou o número 8031, autorizando a organização pelo Ministério da Agricultura da primeira empresa de eletricidade pública, de âmbito federal, do Brasil – a COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF.

Nordestino e Ministro da Agricultura entre 1942 e 1945, Apolônio Sales, aproveitando a idéia de Delmiro Gouveia, apresentou ao Presidente da República o Decreto 8031 e no mesmo dia seu Ministério emitiu o Decreto 19.706 que concedeu à CHESF, por um prazo de 50 anos, a exploração para geração de energia elétrica de um trecho contínuo de cerca de 600 quilômetros do rio São Francisco entre Piranhas, no estado de Alagoas, e Juazeiro, no estado da Bahia.

Nesse trecho estão situadas todas as hidrelétricas da CHESF no rio São Francisco, exceto Sobradinho, para cuja construção na década de 1970 a CHESF recebeu a concessão de um trecho adicional do rio entre Juazeiro/BA e Xique Xique/BA. Os pioneiros da saga da CHESF, ainda como funcionários do Ministério da Agricultura, começam a chegar a Paulo Afonso e iniciam a construção da Usina Piloto. Ela e Angiquinho forneceram a força elétrica para concretização do sonho da construção de uma grande hidrelétrica, solução para o crônico déficit de energia elétrica no Nordeste.

Antônio José Alves de Souza, na época diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPМ, também vinculado ao Ministério da Agricultura, trabalhava na estruturação da CHESF, no projeto da futura usina e na forma de captação de recursos financeiros que incluía a subscrição de ações pelos estados, municípios e população do Nordeste.

O documento produzido com a coordenação de Alves de Souza ficou conhecido como MANIFESTO DA CHESF e encontrou resistências no Congresso Nacional e na elite que comanda a economia do país. Esses opositores defendiam a tese de que investimentos de tal vulto não deviam ser feitos no Nordeste, pois Rio de Janeiro e São Paulo proporcionariam um retorno econômico muito maior.

Resistências foram vencidas. Os pioneiros “do campo”, em Paulo Afonso, construíam a Usina Piloto e obras de apoio, enquanto no Rio de Janeiro os pioneiros “do Escritório” conseguiam que, no dia 1º, de dezembro de 1947, o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra abrisse oficialmente a subscrição das ações da CHESF.

No dia 15 de março de 1948, as 400 mil ações preferenciais da CHESF haviam sido adquiridas, o capital social estava integralizado e a primeira Assembleia Geral de Acionistas foi realizada, ficando a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco legalmente constituída.

Há exatos 60 anos.

Alves de Souza, líder dos pioneiros que trabalhavam no Rio de Janeiro foi o primeiro presidente da CHESF, numa Diretoria que se completava com Marcondes Ferraz, diretor técnico, Carlos Berenhauer, diretor administrativo, e tendo o advogado Afrânio de Carvalho como primeiro consultor jurídico da empresa.

Em Paulo Afonso, homens e máquinas implantavam o projeto de engenharia, modificado pela equipe sob coordenação do Diretor Técnico Marcondes Ferraz. Essa modificação conceitual deu ao conjunto das 3 primeiras usinas de Paulo Afonso sua configuração atual.

O último grande desafio a vencer antes da geração de energia elétrica foi o desvio do rio com o fechamento do braço principal. A genialidade de Marcondes Ferraz e a capacidade dos nordestinos, engenheiros e peões, contaram com a ajuda de um ano de muito baixa hidraulicidade e a vitória veio no dia 20 de setembro de 1954, quando o leito original do rio começou a ser esgotado com o enchimento simultâneo da bacia de decantação de onde as águas do Velho Chico seriam encaminhadas para as turbinas que acionariam os geradores.

Enquanto tudo isso ocorria em Paulo Afonso, outros pioneiros desbravavam a caatinga e a zona da mata entre Paulo Afonso e as capitais Recife e Salvador, lançando 900 quilômetros de torres metálicas que suportavam os cabos elétricos transportadores da energia elétrica tão esperada por baianos e pernambucanos e, na seqüência, pelos nordestinos de Alagoas, Sergipe e Paraíba.

Desviado o rio, iniciam-se os testes das 2 primeiras unidades geradoras de Paulo Afonso e aos seus 120.000 kW vieram se associar posteriormente os 60.000 kW da terceira e última unidade dessa primeira usina.

Em 1º de dezembro de 1954, o Recife foi a primeira cidade a receber energia elétrica gerada em Paulo Afonso seguida por Salvador, que recebeu o benefício em 14 de janeiro de 1955, véspera da inauguração oficial da usina, em evento presidido pelo Presidente da República João Café Filho.

A era dos pioneiros se encerra em fins de 1961 com a operação da primeira unidade geradora da segunda usina de Paulo Afonso e a incorporação de novas cidades de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, que passaram a receber a energia elétrica resultante do sonho iniciado com Delmiro Gouveia em 1913.

2 – A EXPANSÃO: ENERGIA ELÉTRICA PARA TODO O NORDESTE

“Vejo a indústria gerando riqueza, findando a seca, salvando a pobreza”.

A premonição de Luiz Gonzaga e Zé Dantas não se realizou, os nordestinos ainda não contam com instrumentos eficazes para conviverem com a seca, e a pobreza de milhões entristece a região.

Mas a CHESF gerou riqueza, cresceu e proporcionou energia elétrica abundante, confiável e barata para todo o Nordeste, melhorando a qualidade de vida de milhões de famílias e participando de forma ativa na transformação de povo em cidadãos.

Ao encerrar-se o século XX quase 20.000 quilômetros de linhas de transmissão e cerca de 100 subestações levavam energia hidrelétrica a todos os municípios de oito estados: do Piauí ao sul da Bahia.

Em 1955, no primeiro ano de operação de Paulo Afonso, a CHESF produziu 226.000 MWh e isto representava menos de 2% da energia elétrica que o Brasil necessitava.

Com a morte de Alves de Souza em 1961, no ano seguinte Apolônio Sales, o idealizador da CHESF, é eleito como seu segundo presidente e, em 1964 a área de concessão para extensão do Sistema de Transmissão, um círculo de 450 Km de raio com centro em Paulo Afonso é expandido. Em 1965, a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, recebe energia hidrelétrica da CHESF e dez anos após a inauguração oficial da primeira usina de Paulo Afonso, 7 estados do Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA) já recebem energia produzida nas usinas I e II de Paulo Afonso. Poucos anos antes, um outro marco emblemático havia sido atingido:

Os 226.000 MWh produzidos em 1955, primeiro ano de operação de Paulo Afonso, estavam quintuplicados. Sete anos após, em 1962, foram produzidos 1.177.000 MWh, para atender os requisitos de energia elétrica do Nordeste.

Na segunda metade da década de 1960, os sistemas de geração e transmissão da CHESF crescem em ritmo acelerado para atender a fome de energia elétrica na sua área de concessão.

A COHEBE, que havia sido criada em 1963 para construir a hidrelétrica de Boa Esperança, acelera as obras no rio Parnaíba, fronteira entre os estados do Piauí e Maranhão, e em 1969 é iniciado e concluído o enchimento do reservatório dessa usina.

A construção da terceira usina de Paulo Afonso é iniciada em 1966 e, em 1968, a sexta e última unidade geradora de Paulo Afonso II entra em operação comercial.

Novas linhas de transmissão e subestações são construídas para atender não só os grandes centros de consumo nas regiões metropolitanas das capitais, como também para alcançar o interior dos sete estados da área de concessão.

As usinas hidrelétricas de Araras e Curemas, construídas pelo DNOCS e a usina de Funil no rio de Contas no sul da Bahia, são incorporadas ao sistema gerador da CHESF.

O Nordeste cresce e a CHESF continua a expandir seus sistemas de geração e transmissão, atendendo a demanda da região.

1971 foi um ano particularmente importante: As duas primeiras unidades de Paulo Afonso III entram em operação, as obras da Hidrelétrica de Moxotó são iniciadas e é decidida a construção de Sobradinho que inclui o grande reservatório de regularização pluriannual, para alimentar a cascata de usinas do Submédio e Baixo rio São Francisco. No rio Parnaíba é inaugurada a hidrelétrica de Boa Esperança que, dois anos depois, integra o parque de geração da CHESF (com a incorporação da COHEBE), passando a área de concessão da empresa a abranger todo o Nordeste geográfico (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA).

1973 - Começam as obras civis das usinas de Paulo Afonso IV e Sobradinho que entram em operação comercial no segundo semestre de 1979.

Moxotó, Sobradinho, Boa Esperança e Paulo Afonso IV suscitam um novo desafio: seus reservatórios (o que não ocorreu com Paulo Afonso I, II e III, alimentados a partir de uma pequena bacia de decantação) exigem a inundaçã de áreas que vão de poucas dezenas de quilômetros quadrados (Paulo Afonso IV) a mais de 4.000 quilômetros quadrados (Sobradinho).

A ligação atávica dos beiradeiros do Velho Monge – Parnaíba, e do Velho Chico – São Francisco, foi interrompida. No total, cerca de 19.000 famílias foram deslocadas nesses 4 aproveitamentos hidrelétricos, criando perdas materiais e sentimentais para mais de 100.000 pessoas reassentadas, que tiveram de deixar suas terras para a formação dos reservatórios.

As perdas materiais foram indenizadas mas as sentimentais são “impagáveis e inapagáveis” e a CHESF, consciente desta verdade tem, nos últimos 15 anos, reiterado o seu COMPROMISSO SOCIAL com as comunidades das microrregiões de suas hidrelétricas, apoiando e participando de iniciativas nas áreas da EDUCAÇÃO, DIFUSÃO DO CONHECIMENTO e TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA e GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.

Em 1974, as decisões da empresa haviam passado a ter lugar no Nordeste com a transferência da sede da CHESF do Rio de Janeiro para o Recife.

No início da década de 1980 o estado do Maranhão, por decisão do Governo Federal, foi retirado da área de concessão da CHESF e transferido para a ELETRONORTE, e isto ocorreu quando o Maranhão, a região metropolitana de Belém e o canteiro de obras de Tucuruí eram atendidos pela energia do sistema CHESF - de 1981 até 1984, quando a Hidrelétrica de Tucuruí entrou em operação comercial.

A ligação NORDESTE-TUCURUI-BELÉM DO PARÁ foi feita por linha de transmissão em 500 kV e o Norte e o Nordeste alcançaram este novo nível de tensão no dia 12 de outubro de 1979 quando um primeiro trecho de linha, ligando a Usina de Sobradinho ao pátio da subestação de manobra, foi energizado. Simultaneamente, a região do cerrado no oeste da Bahia foi integrada ao sistema CHESF, através de uma extensa linha de transmissão que, saindo de Sobradinho, passa em Juazeiro e Irecê, e chega a Bom Jesus da Lapa na margem direita do Velho Chico.

A explosão econômica da microrregião de Barreiras/BA no rio Grande não teria ocorrido sem a energia elétrica proporcionada pela CHESF.

Na hidrelétrica de ITAPARICA, iniciada em 1976, o enchimento do reservatório e início da geração ocorreu em 1988.

Novas perdas materiais e sentimentais para 10.600 famílias que, no caso das perdas materiais, foram compensadas com mais de 20.000 ha irrigadas e cidades e núcleos rurais com modernos serviços públicos de saneamento, energia elétrica, educação e saúde.

Em 1987, o atraso no início de operação da hidrelétrica de ITAPARICA havia resultado em período de racionamento de energia elétrica no Nordeste. Depois de 32 anos e pelo espaço de cerca de 8 meses a CHESF, pela primeira vez, deixava de atender integralmente às necessidades de energia elétrica na sua área de concessão.

No mesmo ano a Hidrelétrica de XINGÓ, no fim do *canyon* do São Francisco e a 200 quilômetros da Foz, começava a ser construída e por ser encaixada no *canyon* apenas 14 famílias tiveram de ser reassentadas.

Em 1994, a primeira unidade de 500 MW entrava em operação e em 1996, 3000 MW (6x500) já estavam incorporados ao sistema de geração da CHESF.

Algo sem similar no Brasil e, provavelmente, em todo o mundo tinha ocorrido: Durante mais de meio século num pequeno trecho do rio São Francisco de pouco mais de 100 quilômetros sempre existiu uma hidrelétrica em construção: obras de terra e rocha, concreto, montagem e testes de equipamentos eletromecânicos.

Durante os mesmos 50 anos em todos os quadrantes do Nordeste, chesfianos construíam linhas de transmissão de 230 e 500 kV e subestações. No fim do século XX, além de suas usinas – 14 hidrelétricas e 1 térmica -, o patrimônio da CHESF era rico em mais 18.000 quilômetros de linhas e 92 subestações que, numa área de 1,2 milhões de quilômetros quadrados, proporcionavam energia elétrica a 40 milhões de Nordestinos.

Na segunda metade da última década do século XX, uma empresa com mais de 50 anos, jovem, forte, competente e consciente de seus deveres para com a região que a viu nascer, deparou-se com um novo desafio – a proposta de um novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro trouxe no seu bojo o desejo de fracionar o parque gerador da CHESF, privatizando-o entre vários compradores.

Independente do enfoque ESTATAL x PRIVADO, os chesfianos defenderam a integridade da empresa que tem a água como combustível – BEM COMUM e de USOS MÚLTIPLOS e que já proporcionava uma geração anual de mais de 40 milhões de MWh.

O entendimento – atualmente vitorioso – era que essa água, predominantemente do Velho Chico que abriga a quase totalidade das usinas hidrelétricas da CHESF, devia permanecer pública com sua alocação para diferentes usos, obedecendo sempre o interesse público.

Chegou-se ao fim do século XX com o futuro indefinido, operando usinas com 10.703 MW de potência, 18.000 Km de linhas de transmissão e 92 subestações.

A expansão estava consolidada e os ideais dos pioneiros preservados.

3 – CHESF: GERANDO O FUTURO

“Ouço a usina feliz mensageira dizendo na força da cachoeira: O BRASIL vai, o BRASIL vai ……”.

<i>Luiz Gonzaga/Zé Dantas</i>
O mundo está mudando, o Setor Elétrico também, trechos de rios concedidos para a exploração hidrelétrica não mais existem, energia elétrica passou a ser uma mercadoria negociada em leilões e a CHESF, consciente de sua obrigação como uma empresa de serviços públicos, orgulho dos nordestinos, também está mudando.
Em meados de 2002, a idéia de cisão e privatização foi afastada.

No ano anterior – 2001 - e agora abrangendo todo o Brasil, um novo período de racionamento, decorrente de atraso na expansão do Setor Elétrico Brasileiro associado a uma hidrologia desfavorável, voltou a ocorrer.

A CHESF, empresa estatal prestadora de serviço público, honrou essa condição e agiu de modo a preservar os usos múltiplos da água e os direitos dos diferentes usuários – irrigação, abastecimento humano, dessedentação de animais, usos industriais.

A conservação do Meio Ambiente, o Desenvolvimento Sustentável, a Inclusão Social e novas fontes renováveis para geração de energia elétrica passaram a ser bandeiras gerenciais da CHESF que, convocada pelo seu acionista majoritário - o BRASIL -, se prepara para executar a operação e

manutenção das estruturas do Projeto de Transposição de Águas do São Francisco para outras bacias do semi-árido nordestino.

Sem abandonar os exemplos e os ensinamentos dos pioneiros, as ações da CHESF nos primeiros anos do século XXI dão ênfase à Conservação e Preservação do Meio Ambiente, para que as gerações futuras disponham de recursos naturais e vivam num planeta hospitaleiro para humanos, animais e plantas.

Desde os tempos dos pioneiros a empresa se preocupava com as pessoas e comunidades das microrregiões dos seus empreendimentos e disso dão prova os hospitais, escolas, centros de treinamentos e lotes distribuídos nas margens dos lagos de suas hidrelétricas.

Em 2003, Inclusão Social passou a ser prioridade do Governo Federal e a CHESF, solidária com a opção do seu acionista majoritário, reforçou seus projetos de Responsabilidade Social. Os projetos de Transposição de Águas do São Francisco e a Revitalização de sua bacia foram objeto de Decretos assinados na mesma data – 6 de junho de 2001.

O rio São Francisco, de onde a CHESF utiliza mais de 90% do combustível para suas hidrelétricas, pedia a Revitalização de sua bacia e a CHESF engajou-se nessa prioridade do Governo Federal.

Monitoramento da qualidade da água, programas de educação ambiental, construção de depósitos para recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, recomposição de mata ciliar e a reativação da hidrovia são dados de realidade desse engajamento.

Oportunidades de novas hidrelétricas em qualquer bacia hidrográfica e desenvolvimento de novas fontes primárias como eólica, solar, biomassa e nuclear incluem-se no portfólio da engenharia da CHESF, no século XXI.

Uma jovem empresa, criada em 1945 e constituída em 1948, percorre os primeiros anos do século XXI olhando o futuro, visando o seu centenário, e trabalhando sempre em benefício do Nordeste e do Brasil.

Em 2007, o sistema gerador da CHESF produziu mais de 52.000.000 MWh. Em 1955, haviam sido produzidos 226.000 MWh.

Em 1955, o sistema de transmissão era constituído por 900 Km de linhas de transmissão e meia dúzia de subestações. Em 2007, o ano chegou ao fim com 18.000 Km de linhas de transmissão e 92 subestações.

“E graças a esse feito de homens que têm valor, Meu Paulo Afonso foi sonho que já se concretizou”.

Luiz Gonzaga/Zé Dantas

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 22 DE ABRIL DE 2008.

Dia do planeta Terra:

Comemora-se hoje o Dia do planeta Terra. Criado em 1970 quando da convocação do primeiro protesto nacional contra a poluição pelo Senador norte-americano Gaylord Nelson. É desde 1990 celebrado o 22 de Abril por muitos outros países, entre eles o Brasil.

A Terra tem 510,3 milhões de km2 de área total, sendo que aproximadamente 97% é composto por água (1,59 bilhões de km3). A quantidade de água salgada é 30 vezes a de água doce, e 50% da água doce do planeta está situada no subsolo.

O relevo da Terra é influenciado pela ação de vários agentes: vulcanismo, abalos sísmicos, ventos, chuvas, marés e a ação humana, que são responsáveis pela sua formação, desgaste e modelagem.

A população humana atual da Terra é de aproximadamente 6 bilhões de pessoas e a expectativa de vida é em média de 65 anos.

Para mantermos o equilíbrio do planeta é preciso consciência, **Percepção Ambiental**, a começar pelas crianças. Não se pode acabar com os recursos naturais,essenciais para a vida humana, pois não haverá como repô-los.

Não há dia mais apropriado, senhoras e senhores deputados, que o Dia Internacional do Planeta Terra para refletirmos sobre nosso papel neste mundo.

A percepção ambiental é a tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, como se auto define, perceber o ambiente que se está localizado, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma.

Somente 2% da superfície do nosso planeta está ocupada pelas grandes cidades, as quais consomem 75% dos recursos naturais explorados pelo homem e concentram, em média, 75% da população mundial. No Brasil, mais de 80%, segundo o IBGE.

A crescente e desordenada urbanização e suas conseqüências sobre as comunidades naturais, sempre fizeram parte das pautas de diferentes encontros internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade, como nos casos do Clube de Roma, Conferência de Estocolmo (1972), a Comissão de Brundtland (1983), a Rio 92 (1992), a Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento e a Hábitat II (1996), dentre outras.

Apesar da urgência dos números, as cidades continuam crescendo por todo o mundo, consumindo recursos e contribuindo para uma perda sensível da qualidade ambiental, especialmente relacionada aos recursos hídricos.

Dentro desse panorama, a educação e conscientização das gerações presente e futura possui um valor indiscutível no processo de mudança de atitude, criando novas alternativas aos problemas trazidos pelo nosso estilo de vida.

A educação básica, especialmente a partir dos anos 80, passou a se preocupar mais pela questão ambiental, construindo projetos os quais, na maioria das vezes, estavam direcionados aos problemas ambientais fora das grandes cidades. A educação ambiental precisa se voltar mais para os problemas ambientais das cidades focando o homem e sua empregabilidade auto-sustentável.

O despertar da consciência conservacionista pode percorrer caminhos bem mais curtos do que os atuais. O sucesso tão almejado da mudança de mentalidade e de preparação dos futuros cidadãos do mundo, pode estar mais próximo que imaginamos...

Para isso, não basta a educação formal. Precisamos fazer

nossa parte. Viver de forma auto-sustentável pensando nas próximas gerações.

Gastar pouca água ao escovar os dentes, ao tomar banho. Economizar energia elétrica. Usar menos o carro. Discutir mais sobre a nossa Casa, o Planeta Terra. Salve o Dia Mundial da Terra!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 22 DE ABRIL DE 2008.

Dia do planeta Terra:

Comemora-se hoje o Dia do planeta Terra. Criado em 1970 quando da convocação do primeiro protesto nacional contra a poluição pelo Senador norte-americano Gaylord Nelson. É desde 1990 celebrado o 22 de Abril por muitos outros países, entre eles o Brasil.

A Terra tem 510,3 milhões de km2 de área total, sendo que aproximadamente 97% é composto por água (1,59 bilhões de km3). A quantidade de água salgada é 30 vezes a de água doce, e 50% da água doce do planeta está situada no subsolo.

O relevo da Terra é influenciado pela ação de vários agentes: vulcanismo, abalos sísmicos, ventos, chuvas, marés e a ação humana, que são responsáveis pela sua formação, desgaste e modelagem.

A população humana atual da Terra é de aproximadamente 6 bilhões de pessoas e a expectativa de vida é em média de 65 anos.

Para mantermos o equilíbrio do planeta é preciso consciência, **Percepção Ambiental**, a começar pelas crianças. Não se pode acabar com os recursos naturais,essenciais para a vida humana, pois não haverá como repô-los.

Não há dia mais apropriado, senhoras e senhores deputados, que o Dia Internacional do Planeta Terra para refletirmos sobre nosso papel neste mundo.

A percepção ambiental é a tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, como se auto define, perceber o ambiente que se está localizado, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma.

Somente 2% da superfície do nosso planeta está ocupada pelas grandes cidades, as quais consomem 75% dos recursos naturais explorados pelo homem e concentram, em média, 75% da população mundial. No Brasil, mais de 80%, segundo o IBGE.

A crescente e desordenada urbanização e suas conseqüências sobre as comunidades naturais, sempre fizeram parte das pautas de diferentes encontros internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade, como nos casos do Clube de Roma, Conferência de Estocolmo (1972), a Comissão de Brundtland (1983), a Rio 92 (1992), a Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento e a Hábitat II (1996), dentre outras.

Apesar da urgência dos números, as cidades continuam crescendo por todo o mundo, consumindo recursos e contribuindo para uma perda sensível da qualidade ambiental, especialmente relacionada aos recursos hídricos.

Dentro desse panorama, a educação e conscientização das gerações presente e futura possui um valor indiscutível no processo de mudança de atitude, criando novas alternativas aos problemas trazidos pelo nosso estilo de vida.

A educação básica, especialmente a partir dos anos 80, passou a se preocupar mais pela questão ambiental, construindo projetos os quais, na maioria das vezes, estavam direcionados aos problemas ambientais fora das grandes cidades. A educação ambiental precisa se voltar mais para os problemas ambientais das cidades focando o homem e sua empregabilidade auto-sustentável.

O despertar da consciência conservacionista pode percorrer caminhos bem mais curtos do que os atuais. O sucesso tão almejado da mudança de mentalidade e de preparação dos futuros cidadãos do mundo, pode estar mais próximo que imaginamos...

Para isso, não basta a educação formal. Precisamos fazer nossa parte. Viver de forma auto-sustentável pensando nas próximas gerações.

Gastar pouca água ao escovar os dentes, ao tomar banho. Economizar energia elétrica. Usar menos o carro. Discutir mais sobre a nossa Casa, o Planeta Terra. Salve o Dia Mundial da Terra!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 23 DE ABRIL DE 2008.

Dia Mundial do Livro e dos Direitos do Autor

O Brasil comemora em cinco datas o dia do livro: o 18 de abril, Dia do Livro Infantil (nascimento, em 1882, de Monteiro Lobato); Hoje, 23 de Abril, Dia Mundial do Livro e dos Direitos do Autor; 25 de Julho, Dia do Escritor; 29 de Outubro, Dia Nacional do Livro; e 22 de Novembro, Dia Internacional do Livro.

E celebrando tanto o livro, será que andamos lendo muito? E a qualidade de nossa leitura?

Nos últimos anos, temos enfrentado situações vexatórias em estatísticas a esse respeito. Em 2000, o Pisa- Programa Internacional de Avaliação de Alunos pôs o Brasil em último lugar entre 32 países. Em 2003, pioramos nessa pesquisa. Caimos para 37°, já que a amostra aumentou para 41 países. Nossos jovens de 15 e 16 anos não liam, interpretavam textos nem assimilavam o que liam de forma adequada. O próprio MEC revelou em 2002 que 44% dos livros didáticos tinham erros. O IBGE noticiou agora que 68% dos jovens entre 18 e 24 anos não lêem. Entre 16 emergentes, a UNESCO deu-nos a informação de que o Brasil é campeão em repetência escolar, com 26%. O Paraguai, segundo colocado, tem só 8,4%. Entre esses mesmos países, uma média de 80% dos alunos chegam à universidade. Entre os brasileiros, só 32%. E o orçamento do Governo Federal para as universidades públicas chega, em alguns casos, ao dobro do que é gasto percentualmente do PIB desses países comparados. Em relação aos direitos autorais, a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, afirma que 99% dos universitários brasileiros, em ouvindo 15 capitais, tiram cópias, imprimem

ou recebem cópias dos professores. A falsificação dá um prejuízo de R\$ 350 milhões por ano, cerca de 33% do faturamento do setor e uma queda na produção de cerca de 10 milhões de livros/ano.

O Instituto Ipsos pesquisou em 10 países o tempo que as crianças e jovens de 2 a 17 anos gastam em frente da TV e lendo livros. Conclusão: 43% não gastavam nem um minuto por dia lendo livro e 57% deles consumiam, em média, 3 horas à televisão.

Este final de semana, expressivas lideranças do setor produtivo nacional, representantes de mais de 40% do PIB brasileiro, além de governadores, ministros, congressistas, especialistas em educação, se reuniram na ilha de Comandatuba-BA para debater o presente e o futuro da educação pública, no 7º Fórum Empresarial deste evento.

Conclusão: só com gestão da maquina pública de qualidade, com metas a cumprir e governança, o Estado brasileiro vai poder cumprir o objetivo do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de colocar o Brasil entre os 30 países com melhor nível educacional até o ano de 2022. E depois de discorrer sobre todos os indicadores de leitura que aqui o fiz, parece surreal esta meta, senhoras e senhores deputados. É fato que pela primeira vez, temurim um Plano Nacional a seguir. Um piso nacional de salários para docentes a perseguir. Que o revezamento de poder, se ocorrer, não interrompa o eixo de planejamento em educação que embriamos ultimamente. A transformação tem que começar na base. Numa revolução cultural. Numa verdadeira obsessão nacional pela introdução da leitura às crianças. Um apoio na gestão do ensino fundamental aos nossos municípios. Com incentivo financeiro proporcional à consecução de resultados: redução de repetência, de distorsão idade-série, de abandono escolar, de aprendizado, de testes de leitura. Precisamos também de política que reduzam os custos dos livros à população.

Quem sabe um dia temos mais oportunidades para milhares de jovens,

Mais paz social e menos violência,

Mais tolerância e menos racismo,

Mais cidadania e menos marginalização,

Mais verde e menos aquecimento global,

Mais letrados e menos ignorância.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 24 DE MARÇO DE 2008.

Dia Mundial de Combate à Tuberculose.

No atual contexto mundial de recrudescimento da tuberculose, 95% de todos os casos ocorrem nos países em desenvolvimento, onde a doença nunca deixou de ser um grave problema de saúde pública.

Vários são os fatores apontados para explicar este fato, entre eles, a urbanização caótica e acelerada, as elevadas taxas de desemprego ou ainda o subemprego e o baixo nível salarial, aliados ao aparecimento da epidemia pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Além disso, a incapacidade dos serviços de saúde (neste contexto, a diminuição da capacidade dos serviços de saúde) em desenvolverem as atividades adequadas para o controle da tuberculose tem corroborado como fator determinante para a persistência da endemia.

Como conseqüência, o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) defronta-se com uma situação epidemiológica preocupante. Em Pernambuco, registrou-se, em 2007, um total de 3.732 casos novos. Em relação ao município do Recife, capital do Estado, observou-se um coeficiente de incidência de 100,6 por 100.000 habitantes em 2007.

Por outro lado, o relato cada vez mais freqüente de casos de tuberculose resistente às drogas, identificados principalmente entre doentes com história de tratamento anterior e entre os que apresentam co-infecção tuberculose/HIV/AIDS, tem preocupado as autoridades sanitárias mundiais e devem preocupar ainda mais nossas autoridades locais dado ao grande número de abandono de tratamento e conseqüente resistência para um retratamento subseqüente.

Dentre as razões de insucesso do tratamento da tuberculose, e que leva ao retratamento, salienta-se a interrupção prematura da medicação, decorrente do seu abandono pelo doente. Segundo as normas do PNCT, "será dada alta por abandono ao doente que deixou de comparecer à unidade por mais de 30 dias consecutivos, após a data aprazada para seu retorno".

Por outro lado, apesar dos ensaios clínicos realizados comprovarem a eficácia do tratamento da tuberculose atualmente preconizado, observa-se, entre os casos de retratamento, um expressivo percentual de indivíduos com tuberculose que havia recebido alta por cura, caracterizando dessa forma a recidiva da doença. Embora a recidiva seja um conceito bacteriológico, empregado quando do aparecimento de duas baciloscopias positivas em amostras diferentes de escarro após o doente ter recebido alta, o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) considera como recidiva o retorno do indivíduo ao esquema de tratamento com tuberculostáticos após alta por cura comprovada ou não comprovada.

A falência, outro motivo de retratamento, é definida com base na persistência da sintomatologia clínica, associada à positividade da pesquisa de bacilos álcool-acidorresistentes (BAAR), na fase final do tratamento.

Precisamos evitar o retratamento da tuberculose, visto como o resultado desfavorável de vários fatores e processos que precisam ser melhor conhecidos, com o objetivo de subsidiar intervenções efetivas. O retratamento é o momento no qual ainda pode ocorrer a intervenção dos serviços de saúde no sentido de evitar novo abandono do tratamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento de cepas de bacilos resistentes.

É de fundamental importância o tratamento em moradores de rua, em pacientes HIV positivos, em detentos, pela elevada transmissibilidade de celas superlotadas. É certo que o tratamento longo exige disciplina dos pacientes e este é um fator que está fora do controle dos nossos serviços de saúde, mas é preciso empenho e homogeneização das práticas de combate à tuberculose entre os municípios.

Cabe ao Estado o papel de coordenar as ações de prevenção, de tratamento, capacitar as equipes de saúde das famílias de todos os municípios a detectar pacientes de risco, insistir no retratamento. Pacientes de risco, muitas vezes, exigem ações intersetoriais com as secretarias municipais de ação social, de educação, de agricultura, partindo obviamente da simples ação

de um agente de saúde.

No dia Mundial de Combate à Tuberculose, o Brasil está sendo criticado pelo Departamento de Combate à Tuberculose da Organização Mundial de Saúde(OMS) por não ter cumprido a meta de cura de 85% dos casos da doença. Precisamos avançar na estratégia do tratamento supervisionado e aprimorar a notificação de casos da doença. Em Pernambuco, o esforço precisa se centrar nas ações municipais de organizar os seus PSFs, seus laboratórios, seus médicos, enfermeiros, agentes de saúde no sentido de mudarmos a nossa realidade. Estamos patinando de forma vergonhosa: em 1997, tínhamos basicamente o mesmo número de casos novos que tivemos em 2007.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2008.

Primeiro de Maio - Dia do Trabalhador

Baixos salários e jornadas de trabalho que se estendiam até 17 horas diárias eram comuns nas indústrias da Europa e dos Estados Unidos no final do século XVIII e durante o século XIX. Férias, descanso semanal e aposentadoria não existiam. Para se protegerem em momentos difíceis, os trabalhadores inventavam vários tipos de organização – como as caixas de auxílio mútuo, precursoras dos primeiros sindicatos.

Com as primeiras organizações, surgiram também as campanhas e mobilizações reivindicando maiores salários e redução da jornada de trabalho. Greves, nem sempre pacíficas, explodiam por todo o mundo industrializado. Chicago, um dos principais pólos industriais norte-americanos, também era um dos grandes centros sindicais.

Em 1886, Chicago foi palco de uma intensa greve operária. Dia 1º de maio, os trabalhadores realizam uma grande manifestação – foi a última do período em que não houve violenta repressão policial. Nos dias seguintes, toda ação dos operários foi duramente reprimida pela polícia, com mortos, feridos e muitos presos. As conseqüências chocaram o mundo: depois de um julgamento sumário, várias lideranças foram condenadas a prisão perpétua e oito deles, à morte na forca. Aos poucos, porém, vários Estados norte-americanos começaram a estabelecer jornadas de trabalho menores, de dez e até de oito horas.

Na maioria dos países industrializados, o 1º de maio é o Dia do Trabalho. No Brasil, a data é comemorada desde 1895 e virou feriado nacional em setembro de 1925 por um decreto do presidente Artur Bernardes.

Com Getúlio Vargas – que governou o Brasil como chefe revolucionário e ditador por 15 anos e como presidente eleito por mais quatro – o 1º de maio ganhou status de "dia oficial" do trabalho. Era nessa data que o governante anunciava as principais leis e iniciativas que atendiam as reivindicações dos trabalhadores, como a instituição de, depois, o reajuste anual do salário mínimo ou a redução de jornada de trabalho para oito horas. Vargas criou o Ministério do Trabalho, promoveu uma política de atrrelamento dos sindicatos ao Estado, regulamentou o trabalho da mulher e do menor, promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo o direito a férias e aposentadoria.

Com a ditadura militar em 1964 e o AI-5 em 1968, os sindicatos e organizações de trabalhadores foram esvaziados com a prisão e perda dos direitos políticos de lideranças trabalhistas em todo o país.

O movimento sindical começa a renascer na segunda metade dos anos 70, reivindicando aumento salarial e o fim das horas-extras. No 1º de maio de 1978, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, fizeram uma manifestação com mais de 3.000 pessoas. De 1978 a 1980, cerca de 2 milhões de trabalhadores pararam temporariamente suas atividades para exigir o aumento

No Brasil, as comemorações do 1º de maio, que se iniciam hoje, 24 de Abril, Dia Internacional do Jovem Trabalhador, também estão relacionadas à luta pela redução da jornada de trabalho. A CNI acaba de divulgar pesquisa que aponta, na visão da indústria, a necessidade de uma reforma trabalhista. No estudo, o empresariado enxerga a redução da jornada de trabalho positivamente e observa no regime do Reino Unido o ambiente ideal para a flexibilização das relações de trabalho. A reforma trabalhista nesse país é, sem dúvidas, urgente. Para que o Brasil continue crescendo e gerando emprego, as demissões precisam ser desestimuladas. São cerca de 9 bilhões de reais/ano gastos para demitir. O investimento tem que ser na qualificação e manutenção do empregado.

Precisamos melhorar a oferta de trabalho melhor remunerado, já que o aumento de vagas tem se dado mais para ocupações que remuneram pouco. Reprimir o trabalho escravo e a exploração da mão-de-obra infantil, flagelos que não podem manchar a imagem de nosso Estado nem do nosso empresariado sério.

O Congresso Nacional, por sinal, tem a oportunidade histórica de promover a Segunda Abolição da Escravidão no Brasil, aprovando a Proposta de Emenda Constitucional 438/2001 que prevê o confisco de terras onde trabalho escravo foi encontrado e as destina à reforma agrária. A proposta passou pelo Senado Federal, em 2003, e foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em 2004. Desde então, está parada, aguardando votação.

Perseguir políticas públicas que tragam igualdade de condições a homens e mulheres no mercado de trabalho, já que as mulheres ainda são discriminadas e tem o salário em média 30% menor que os homens, além de maior taxa de desemprego.

O racismo no mercado de trabalho ainda é um grave problema em nosso país e o percentual de desempregados, entre negros, quilombolas e índios é cerca de três vezes maior que entre brancos.

Pernambuco vive uma fase de crescimento de sua empregabilidade. Descontando a redução sazonal dos meses de janeiro e fevereiro em todo o país, nosso Estado tem tido uma expansão da oferta de trabalho de cerca de 4% ao mês há cerca de 13 meses consecutivos.

A massa de salários no nosso Estado tem melhorado em todos os setores, quer seja da indústria, do comércio, de serviços. Em serviços, especialmente, temos crescido em oferta de vagas de forma bastante significativa.

Sobre o dia de hoje, dedicado internacionalmente ao Jovem Trabalhador, gostaria de tecer considerações especiais:

A Constituição brasileira, por meio da Emenda nº 20, de 1998,

proíbe a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, exceto na condição de aprendizes, a partir dos 14 anos. Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde 1990, exige o acesso e a frequência obrigatória no ensino regular e que as atividades exercidas sejam compatíveis com o desenvolvimento dos jovens.

Dos 30,32 milhões de brasileiros com idade entre 16 e 24 anos, 20,23 milhões são economicamente ativos. No entanto, 18,9% estão desempregados. Este índice é quase o dobro da taxa geral de desemprego.Cerca de 35% dos jovens ocupados não concluíram o ensino fundamental e outros 34,5% têm, pelo menos, o ensino médio completo. Além disso, 24,45% dos jovens brasileiros trabalham e estudam.

A maioria tem rendimento de meio a dois salários mínimos e está empregada nas áreas de comércio e reparação (22,3%), agricultura (19,3%) e indústria de transformação (15,4%). Quanto à formalidade do trabalho, 34,7% têm registro em carteira e 30,5% não são registrados, enquanto 10,1% atuam por conta própria e 11% não são remunerados.

A Secretaria Especial da Juventude e Emprego desenvolve programas para inclusão social da Juventude visando a emancipação do jovem, como p. ex.:

O Emprego Jovem- Além de captar vagas que não exigem experiência, para que possam ser encaminhados jovens inscritos na Agência do Trabalho, a equipe do Emprego Jovem orienta os empresários a serem beneficiados com o pagamento de incentivo financeiro que o Governo do Estado e o Governo Federal oferecem a quem aderir formalmente ao Programa Emprego Jovem ou ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens - PNPE. Pela contratação de jovens. o Governo do Estado repassa até R\$ 300,00 mensais, por um período de seis meses, por cada contratação efetivada pelo prazo de 12 meses.

As empresas que firmam adesão aos programas recebem jovens com orientação e qualificação, compatíveis com o perfil solicitado, visando ao melhor desempenho das atividades profissionais.

O Emprego Social atende jovens em situação de vulnerabilidade social, com idade entre 16 e 24 anos, residentes em áreas urbanas com índices elevados de violência, cuja escolaridade se encontra entre o Ensino Fundamental I e II, considerada abaixo dos padrões de competitividade apresentados pelo mundo do trabalho. Esta ação, coordenada pela SDSC, é desenvolvida mediante parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, seguindo um modelo de formação que associa a Escola Básica (inserção dos jovens na Educação de Jovens e Adultos – EJA) com a qualificação profissional e a construção de uma experiência em ambientes de trabalho nas instituições públicas.

Na modalidade Emprego Jovem - cursos com carga horária de 320 horas -, é dada prioridade à melhoria das condições de empregabilidade do jovem de 16 a 24 anos, sem experiência profissional. Nas ações de qualificação, são contemplados conteúdos de socialização, estímulo à leitura, redação e raciocínio lógico, informática e habilitação específica, além de incentivo à escolarização e da orientação profissional e encaminhamento ao mercado.

No âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens e do Programa Emprego Jovem do Governo do Estado, o PROJETO JUVENTUDE CIDADÀ DE PERNAMBUCO, com recursos do Governo Federal, oriundos do FAT, e recursos do Governo do Estado, procedentes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) e da ARPE, objetiva contribuir para a inclusão social dos jovens, sobretudo aqueles mais carentes.

O propósito é executar ações de Qualificação Social e Profissional, tendo como base os parâmetros do Programa Nacional de Qualificação (PNQ), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens - PNPE, ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Programa Emprego Jovem do Governo Estadual, com ações de preparação de jovens para o mundo do trabalho realizadas pelo Governo Federal e Estadual.

A todos
Que saíram às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua –
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em primavera,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês - Este é o meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!
"Meu Maio", de Vladimir Maiakovsk

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 24 DE MARÇO DE 2008.
TRÁFICO DE PESSOAS: O DRAMA DA ESCRAVIDÃO MODERNA.

Por trás das desculpas diplomáticas à rigidez da Imigração à entrada de brasileiros na Europa, além da concorrência no mercado de trabalho que brasileiros podem representar se esconde uma grande tragédia humana. Cerca de 2,5 milhões de pessoas são enganadas, recrutadas, transportadas e exploradas, alimentando o crime organizado internacional que gira em torno do tráfico de seres humanos. O tráfico de pessoas, seja para exploração sexual ou trabalho forçado, afeta praticamente todas as regiões do mundo. Dados do UNODC (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes) revelam que pessoas de 127 nacionalidades distintas são exploradas em 137 países.

A escravidão é um comércio internacional crescente, mas em menor escala do que era há duzentos anos. Mas, infelizmente, a escravidão não foi abolida por completo. Está à nossa volta. Podemos optar por fechar nossos olhos em relação a isso, como cidadãos comuns que pagam por produtos e serviços mais baratos - mesmo sendo produzidos por escravos.

Como o tráfico de seres humanos é um crime de difícil dimensão, com muitas vítimas não identificadas e não descobertas, os verdadeiros números não são conhecidos. Estima-se que entre

600.000 e 800.000 pessoas são traficadas por fronteiras internacionais a cada ano.

O tráfico de seres humanos se tornou um grande negócio. As Nações Unidas e outros especialistas estimam em US\$ 32 bilhões o valor total de mercado do tráfico ilícito de seres humanos - cerca de US\$ 10 bilhões vêm do tráfico de pessoas e o resto representa o lucro estimado de atividades, ou bens produzidos pelas vítimas desse crime bárbaro: terceira maior atividade ilícita no mundo, perdendo apenas para drogas e armas.

O tráfico de pessoas alcançou proporções epidêmicas, especialmente a partir da década passada. A globalização - o intensificado fluxo de pessoas, capital e informação - aumentou a atuação desse crime. Nenhum país está imune, tanto como fonte, destino ou ponto de trânsito de vítimas do tráfico de seres humanos.

O Brasil, por exemplo, é considerado um país fonte de vítimas de tráfico. Está entre os maiores da América Latina. As maiores vítimas são mulheres, mais de 70%. Mas o Brasil também é destino de vítimas de tráfico. De acordo com estudos da USP de 2005, há indícios de bolivianos realizando trabalhos forçados em São Paulo, vítimas de tráfico de pessoas.

Assim como no Brasil, a maioria das vítimas dessa escravidão moderna no mundo todo é de mulheres e meninas, muitas delas forçadas à prostituição ou exploradas sexualmente de alguma maneira. Homens traficados são encontrados em campos, minas e pedreiras, ou em outras condições de trabalho, muitas vezes precárias e perigosas. Meninos e meninas são traficados em condições de trabalho infantil, dentro de diversos grupos da indústria: têxtil, pesca ou agricultura.

Diferentemente do conceito de trabalho forçado, o tráfico de seres humanos envolve outros elementos, como o recrutamento (frequentemente por promessas enganadoras); transporte; e a recepção e exploração da vítima. Condições difíceis como pobreza, falta de oportunidades, como o desemprego e rebaixamento de cargos tornam certos grupos especialmente vulneráveis.

As vítimas do tráfico são presas em cativeiros com uso da força física e/ou psicológica e são privadas de liberdade. Mesmo se conseguissem escapar, normalmente as vítimas não teriam para onde ir. Frequentemente as vítimas não têm posse dos seus documentos e tem pouco, ou nenhum, dinheiro. Os traficantes ameaçam também prejudicar a família das vítimas, mais um impedimento à tentativa de fuga. Muitas mulheres e meninas forçadas à prostituição são extremamente vulneráveis ao HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, pois são impedidas de controlar o próprio corpo.

O Protocolo das Nações Unidas contra o Tráfico de Pessoas, em vigor desde Dezembro de 2003, propõe um marco jurídico internacional para criminalizar o tráfico de seres humanos. O Protocolo foi assinado e ratificado por mais de 110 países. Mas alguns governos ainda não implementaram o Protocolo. Poucos criminosos são condenados, e poucas vítimas recebem ajuda. Muitas, infelizmente, são punidas por crimes como a entrada ou residência ilegal em outro país.

Precisamos aumentar a consciência pública, como parte de uma estratégia, ainda maior, para eliminar o tráfico de seres humanos.

Essa atenção melhorada vai permitir os esforços para prevenção eficaz, tais como aumentar a consciência entre vítimas potenciais sobre os perigos do tráfico, reduzindo a demanda por serviços e produtos que contam com o trabalho escravo, protegendo vítimas e melhorando os métodos das forças policiais.

Governos, empresas, ONGs e cidadãos em todos os lugares, tem a responsabilidade de trabalhar juntos para enfrentar essa escravidão moderna. A nova Iniciativa será importante para o progresso no combate desse desafio global. Nós convocamos todos a aderir ao movimento antitráfico.

Enganadas pela promessa de uma vida melhor, as vítimas são ludibriadas por traficantes. Podem inicialmente consentir com o recrutamento como meio de escapar da pobreza extrema e das condições miseráveis de vida. Mulheres que recebem a promessa de trabalhos domésticos ou estudos são forçadas à prostituição ou trabalho escravo. Pais são enganados com as promessas de bons empregos e educação para suas crianças. Mas elas acabam presas e utilizadas como escravos.

Como o tráfico de seres humanos é um crime, e consequentemente gira na clandestinidade, os números exatos não estão disponíveis. Muitos especialistas acreditam que 2,5 milhões de pessoas representam a ponta de um iceberg muito maior. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula o número mínimo de pessoas forçadas ao trabalho em 12,3 milhões, enquanto a pesquisa da ONG dos Estados Unidos, Libertem os Escravos, estima que, hoje, 27 milhões de sejam escravas. Durante toda a história, a escravidão foi um investimento importante para os proprietários. De acordo com estimativas, cada escravo custava o equivalente a cerca de US\$ 80.000. O preço de um escravo no século XXI pode ser menor. Com o crescimento da população global, a pobreza em grande parte do mundo, e as facilidades de transporte, o preço caiu para cerca de US\$ 100 dólares por pessoa. Isso significa que são descartáveis. Pessoas escravizadas hoje são menos propicias a receberem cuidados médicos caso necessitem, ou comida descente para as manterem vivas, por serem muito baratas.

Cerca de 80% das vítimas de tráfico humano, a maioria mulheres e meninas, são forçadas à prostituição. Os 20% restantes, normalmente homens e meninos, enfrentam o trabalho forçado. Cerca de metade é menores de 18 anos.

A maioria dos grupos preocupada com o tráfico de seres humanos se foca nas mulheres e exploração sexual e não vêem os homens nos campos, minas e trabalhos de construção, ou mesmo as mulheres e crianças em locais de trabalho forçado e serviços domésticos.

São necessários mais recursos e mais pessoas para enfrentar o tráfico de pessoas. Estima-se que não haja mais de 2 mil pessoas no mundo todo, incluindo funcionários de organismos internacionais, de governos, da sociedade civil e voluntários, que trabalhem com o tema.

O financiamento do enfrentamento ao tráfico de pessoas tem sido escasso. Vontade política é refletida nos recursos empregados. Temos que reduzir o número de vítimas ao prevenir o crime e aumentar o número de traficantes condenados. Temos as ferramentas para fazer isso, mas é preciso vontade política, consciência pública em larga escala e recursos para tornar isso realidade.

O próprio Itamaraty reconhece que, na Espanha, vivem cerca de 20 mil brasileiras, e 10 mil delas, só na cidade de Bilbao.

Exemplo pernambucano de vítima do tráfico, há oito anos, ninguém falava em tráfico de pessoas no Brasil: uma reficense, Ana dos Santos Araujo, 36 anos, prostituta desde a morte do pai policial, usava drogas pelas ruas do Recife, quando uma mulher veio lhe oferecer US\$ 1 mil para trabalhar como garçonete na Holanda. Ana foi. O inferno de explorações e agressões a que foi submetida ao ser traficada como prostituta para três países –

Holanda, Alemanha e Suriname – Ana repete hoje para alunos de escolas, frequentadores de igrejas e para quem quer que pergunte. Suspira e diz antes de iniciar: “Aconteceu comigo”. “Fiquei empolgada, a gente enche os olhos. Eles me arrumaram tudo, me deram US\$ 1.500 de adiantamento e fui fazer meu passaporte. Cheguei lá e era uma casa com muitas garotas. Retiraram meu passaporte, fui trancada por três meses, vivia e trabalhava no mesmo lugar. De lá, me levaram de carro para a Alemanha. O lugar era todo fechado. Se houvesse um incêndio, morreria. Depois fui para o Suriname.” Como Ana reclamava por trabalhar sem ganhar e sem ter liberdade para sair, foi espancada e até torturada. Mais surras se não tomasse um remédio para interromper a menstruação. Nos intervalos, havia crack à disposição de todas as meninas, relato. “Meu café, meu almoço e meu jantar era crack. Eu já estava muito debilitada e um segurança teve pena de mim e me deixou fugir.” Ana conseguiu enviar um fax para uma ONG do Recife que trabalha com prostitutas e foi resgatada pelo consulado brasileiro.

O recente escândalo em New York com cafetina brasileira que levou a queda do governador daquele Estado expõe problema que hoje provoca sete grandes investigações da PF no Brasil: o tráfico de mulheres, principalmente de famílias de baixa renda, para o mercado da prostituição no exterior. A situação é tão grave que, só neste momento, estão em curso na Polícia Federal sete investigações internacionais sigilosas de combate ao recrutamento de brasileiras para prostíbulos de Espanha, Suíça, Itália e Portugal sendo uma das principais fontes o Estado de Pernambuco.

As investigações estão sendo conduzidas por policiais da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal em parceria com colegas dos quatro países. Elas resultarão em operações programadas para este ano, que, segundo fontes da corporação, devem levar à prisão pelo menos 40 pessoas no Brasil e no exterior. O número de operações previstas é mais do que o dobro das três grandes ações lançadas no ano passado.

As investidas do ano passado - as operações Sodoma, Onças e Sabinas - levaram 20 suspeitos à cadeia. Esses dados não levam em conta casos isolados em que a polícia, a partir de investigações locais, prende acusados de aliciamento de brasileiras. A PF estima em 200 o número de inquéritos menores em andamento para apurar denúncias de recrutamento ilegal de brasileiras para bordéis europeus. Só em Pernambuco, a PF tem 60 inquéritos e 27 investigações preliminares sobre quadrilhas de aliciadores.

Não há dados oficiais sobre a participação de brasileiros no mercado do sexo internacional. Mas levantamento divulgado pela Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad), em 2003, indicava que mais de 70 mil brasileiras que deixaram o país se prostituíam. A PF costuma usar esse número como referência, mas acredita que ele seja maior. No mapa desse comércio legal, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e Pernambuco figuram, nesta ordem, como os principais “fornecedores” de mulheres.

Numa tentativa de reforçar o trabalho da PF, o governo federal lançou, em 2006, a Política Nacional de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas. É composta de ações de repressão, prevenção e atenção às vítimas. Como parte dessa política, diplomatas brasileiros estão sendo orientados a defender os direitos de brasileiras vítimas do tráfico no exterior. Em Pernambuco, a polícia tem inclusive desvendado assasatinatos ligados a rede de prostituição com participação de traficantes de mulheres nesses crimes.

Gostaria de solicitar uma audiência pública no seio da Comissão de Cidadania com o objetivo específico de discutir o recrudescimento desse flagelo social: o tráfico de seres humanos em Pernambuco.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 22 DE ABRIL DE 2008.

Sr. Presidente,
Srs. Deputados, Sras. Deputadas,
Na semana que passou foi realizado um seminário na Federação das Indústrias de São Paulo – “Pernambuco Novo: Cenários e Oportunidades para 2008”, promovido pelo jornal Valor Econômico em parceria com o Governo do Estado.

Neste evento que contou com a participação do Governador Eduardo Campos e alguns secretários, estiveram presentes também o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior, Miguel Jorge, o Deputado Delfin Neto e diversos membros da Diretoria da Fiesp além de mais 200 empresários.

O seminário, inédito, em termos estaduais, apresentou uma retrospectiva sobre os investimentos públicos e privados que tem acelerado a economia do estado e gerado emprego. Para os próximos anos estão programados investimentos de mais de 14 bilhões de reais em Pernambuco com geração de milhares de empregos de forma direta e indireta.

Empreendimentos como a refinaria Abreu e Lima, O estaleiro Atlântico Sul, a Petroquímica Suape, além das Fábricas Bunge, Novartis, Perdigão e Sadia, sem falar no gigantesco projeto de transposição do Rio São Francisco e da ferrovia Transnordestina. Todas essas iniciativas podem ainda gerar a construção de um pólo petroquímico puxado pela refinaria e um pólo de indústria naval, encabeçado pelo estaleiro Atlântico Sul, buscando, dessa forma, consolidar Pernambuco como a porta de entrada do nordeste do Brasil.

Todas essas ações implantam uma nova economia no nosso estado, e a maior parte delas concentram-se no complexo industrial portuário de Suape que deverá receber R\$ 1,2 bilhão em recursos públicos até 2010 para melhoria da infra-estrutura portuária. Suape hoje já é o principal porto de toda região nordeste do Brasil. Um mercado consumidor com 50 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 110 bilhões. Sua localização estratégica conecta-o com mais de 160 portos em todos os continentes, o que o coloca em condições de ser um dos principais portos concentradores de cargas no atlântico sul.

Para mim como Ipojucano, é motivo de orgulho ver que o efeito dessas ações fará com que Ipojuca cresça e passe a ser um grande destaque na nova economia Pernambucana. Ressalto, que é de extrema importância que o município faça a sua parte, não deixando escapar tamanha oportunidade.

Ressalto também, que é perceptível na sociedade pernambucana um clima de esperança à essa nova fase vivida pelo nosso estado e que o despertar desse novo tempo só mostra que Pernambuco sempre teve potencial para estar em destaque no cenário nacional. Gostaria de encerrar minhas palavras, Congratulando-me com o Exmo. Governador pela brilhante iniciativa do seminário realizado e reafirmando minhas expectativas para esse novo momento vivido pelo nosso estado.

^A todos, o meu muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2008.

Sr. Presidente,
Srs. Deputados, Sras. Deputadas.
Na manhã de ontem, em companhia do Exmo. Governador Eduardo Campos e demais autoridades, pude participar da assinatura da ordem de serviço para construção da estrada que liga Porto de Galinhas 'a Serrambi.

Com recursos do Prodetur II da ordem de R\$ 20 milhões, serão asfaltados 6,3 km e construída uma ciclovia com 3,1 km de extensão.

A previsão é de que a obra fique pronta em um ano e beneficiará cerca de 70 mil pessoas entre moradores e turistas. Há pouco mais de 30 dias, em outra solenidade, juntamente com o exmo. Governador, foi assinada uma outra ordem de serviço para implantação de melhorias na PE-09, que liga Nossa Senhora do Ó 'a Porto de Galinhas, com instalação de rótulas de acesso aos hotéis, pista de Cooper e uma ciclovia. Obras que serão realizadas também com recursos do Prodetur II.

Para mim, é bastante gratificante ver todas essas ações acontecendo, pois não só estas ações, como outras estruturadoras para o desenvolvimento do turismo, foram todas projetadas em 2003 e 2004, nos últimos 02 anos de minha 3ª gestão a frente da prefeitura municipal.

Naquela época foram previstos investimentos de mais de R\$ 100 milhões para ações voltadas para infra-estrutura turística. O que mostra que o planejamento daquela época estava correto, apenas o cumprimento das formalidades administrativas, por tratar-se de recurso internacional com contra-partida estadual, retardou o início das obras.

Outra ação que está prevista para acontecer na próxima semana, a assinatura da ordem de serviço para pavimentação da estrada que liga Porto de Galinhas 'a Maracaípe, foi também projetada no período 2003/2004. Arelada a essa obra estará acontecendo a construção do complexo hoteleiro do grupo Português Teixeira Duarte, na antiga área pertencente ao governo do estado.

Nobres Colegas, como pode ser visto, a praia de Porto de Galinhas com todas as ações já executadas e essas que estão sendo autorizadas, tem tudo para consolidar-se como o mais importante destino turístico do norte-nordeste do Brasil.

Gostaria de ressaltar, todo o empenho do trade turístico de Porto de Galinhas, que ao longo de todos esses anos lutou e apoiou incansavelmente para ver implantadas ações voltadas para o turismo.

Quero finalizar minhas palavras, externando toda a minha satisfação com as ações que estão ocorrendo no município do Ipojuca e, tendo a certeza de que, o povo ipojucano saberá reconhecer as ações políticas planejadas para o crescimento do nosso município.

^A todos, o meu muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 30 DE ABRIL DE 2008.

Sr. Presidente,
Srs. Deputados, Sras. Deputadas,
Venho a esta tribuna na tarde de hoje para falar, como presidente da comissão de ciência e tecnologia desta casa, de um tema que tem sido muito debatido atualmente; a inclusão digital nas escolas públicas.

Na semana que passou, o Ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, concedeu uma entrevista via satélite para rádios de todo o país, relatando o desafio de promover e fazer chegar 'a população de todas as regiões do país os benefícios proporcionados pelos avanços científicos e inovações tecnológicas.

O Brasil, um país de dimensões continentais e com regiões geográficas de diversificados perfis econômicos e sociais, tem um árduo caminho a seguir para ver implantadas todas essas inovações.

O Governo federal lançou recentemente o programa Banda larga nas escolas em parceria com as companhias de telefonia fixa. Nesse programa, as companhias assumiram o compromisso de implantar o acesso em cerca de 60 mil escolas públicas em todo o país.

Não resta dúvidas de que poder implantar o acesso a internet banda larga em 60 mil escolas por todo o país, é uma forma de garantir o futuro das crianças e dos jovens que terão a oportunidade de se comunicar e educar, como já vem ocorrendo na maioria das nações, que vêem nessa estratégia, um salto de qualidade para a vida de sua gente.

É preciso acelerar essa revolução digital, tendo em vista que hoje muitas oportunidades de aprendizado e também de negócios, são realizadas por meio informacional.

Quanto mais pessoas, organizações, entidades e órgãos governamentais incluídos nos meios digitais maior será a comunicação e as vantagens obtidas por esses entes. Para um país onde o desenvolvimento científico é coisa recente já que começamos a formar pesquisadores, mestres e doutores há aproximadamente 40 anos, com aproximadamente 50% concentrados no estado de São Paulo, implantar um programa desses é fazer com que os centros de pesquisas universitários nas demais regiões do país, passem a receber mais apoio, gerando uma ciência de maior qualidade alcançando a população.

No caso específico da nossa região, o programa de inclusão digital, trará benefícios a milhares de jovens que vivem hoje em comunidades distantes dos grandes centros urbanos, sofrendo no deslocamento até os mesmos, gerando um desestímulo na maioria deles, prejudicando todo um processo educacional. Portanto, nobres colegas, é preciso que se avance cada vez mais nesse programa de inclusão digital, tal qual, já avançamos como nação, em outros programas como, por exemplo, de Biocombustíveis, que tem feito com que o mundo inteiro esteja de olhos voltados para o Brasil, nessa nova fonte alternativa de energia.

Gostaria de reiterar, mais uma vez, que a comissão de ciência e tecnologia tem procurado estar sempre ativa nos interesses não só de promover, mas de debater, todas os temas que viessem a levar ao conhecimento e participação da sociedade nos avanços científicos e inovações tecnológicas.

^A todos, o meu muito obrigado.

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO
EDSON VIEIRA NA REUNIÃO
DO DIA 17 DE ABRIL DE 2008.**

CIDADANIA

Prezados deputados, deputadas, membros da Mesa, funcionários, jornalistas e visitantes aqui presentes. Hoje pela manhã, esta Casa, mais uma vez, foi transformada em escola. Não uma escola onde se ensina a ler e a escrever, mas uma escola onde se fala de Cidadania. Nunca se falou tanto sobre cidadania, em nossa sociedade, com nos últimos anos. Mas afinal, o que é cidadania? Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”, entende-se por cidadão “o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado, ou no desempenho de seus deveres com este”. No sentido etimológico da palavra, cidadão deriva da palavra *civita*, que em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra *politikos* – aquele que habita na cidade. No sentido ateniense do termo, cidadania é o direito da pessoa em participar das decisões nos destinos da Cidade através da *Ekklesia* (reunião dos chamados de dentro para fora) na *Ágora* (praça pública, onde se agonizava para deliberar sobre decisões de comum acordo). Dentro desta concepção surge a democracia grega, onde somente 10% da população determinava os destinos de toda a Cidade (eram excluídos os escravos, mulheres e artesãos). No discurso corrente de políticos, comunicadores, dirigentes, educadores, sociólogos e uma série de outros agentes que, de alguma maneira, se mostram preocupados com os rumos da sociedade, está presente a palavra cidadania. Como é comum nos casos em que há a superexploração de um vocábulo, este acaba ganhando denotações desviadas do seu estrito sentido. Hoje, tomou-se costume o emprego da palavra cidadania para referir-se a direitos humanos, ou direitos do consumidor e usa-se o termo cidadão para dirigir-se a um indivíduo qualquer, desconhecido. De certa forma, faz sentido a mistura de significados, já que a história da cidadania confunde-se com a história dos direitos humanos, a história das lutas das gentes para a afirmação de valores éticos, como a liberdade, a dignidade e a igualdade de todos os humanos indistintamente; existe um relacionamento estreito entre cidadania e luta por justiça, por democracia e outros direitos fundamentais asseguradores de condições dignas de sobrevivência.

No Brasil, os primeiros esforços para a conquista e estabelecimento dos direitos humanos e da cidadania confundem-se com os movimentos patrióticos reivindicativos de liberdade para o País, a exemplo da inconflidência mineira, canudos e outros. Em seguida, as lutas pela independência, abolição e, já na república, as alternâncias democráticas, verdadeiros dilemas históricos que custaram lutas, sacrifícios, vidas humanas.

E hoje, a quantas anda a nossa cidadania? A partir da Constituição de 1988, novos instrumentos foram colocados à disposição daqueles que lutam por um País cidadão. Enquanto consumidor, o brasileiro ganhou uma lei em sua defesa – o CDC; temos um novo Código de Trânsito; um novo Código Civil. Novas ONGs que desenvolvem funções importantíssimas, como defesa do meio ambiente. A mídia, apesar dos seus tropeços, tem tido um papel relevante em favor da cidadania. E muitas outras conquistas a partir da Nova Carta.

Como o exemplo da Ação Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, Movimento pela Ética na Política. Memorável a ação dos “caras-pintadas”, movimento espontâneo de jovens que contribuiu para o *impeachment* do presidente Collor. A Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Mandado de Segurança entre outros, além da instituição do Ministério Público, importante instrumento na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Há um longo caminho a percorrer. É só ativar um pouco a nossa acuidade natural e veremos que estamos cercados de um sem número de mazelas que insistem em infestar a nossa sociedade. Uma pesquisa divulgada pelo Ibope[2] em 25.11.03 traz dados preocupantes sobre as nossas relações de cidadania. Indica que 56% dos brasileiros não têm vontade de participar das práticas capazes de influenciar nas políticas públicas. 35% nem tem conhecimento do sejam essas práticas e 26% acham esse assunto “chato demais” para se envolver com ele. Nem tudo está perdido: 44% dos entrevistados manifestaram algum interesse em participar para a melhoria das atividades estatais, e entendem que o poder emana do povo como está previsto na Constituição. A pesquisa anima, de forma até surpreendente, quando mostra que 54% dos jovens (entre 16 e 24 anos), têm interesse pela coisa pública. Interesse que cai progressivamente à medida que a idade aumenta. A pesquisa ajuda a desmontar a idéia que se tem de que o jovem é apático ou indiferente às coisas do seu país.

A história da cidadania mostra bem como esse valor encontra-se em permanente construção. A cidadania constrói-se e conquista-se. É objetivo perseguido por aqueles que anseiam por liberdade, mais direitos, melhores garantias individuais e coletivas frente ao poder e a arrogância do Estado. A sociedade ocidental nos últimos séculos andou a passos largos no sentido das conquistas de direitos de que hoje as gerações do presente desfrutam.

Entre essas conquistas está a democracia, mas para que haja democracia é necessário que governados queiram escolher seus governantes, queiram participar da vida democrática, comprometendo-se com os seus eleitos, apontando o que aprova e o que não aprova das suas ações. Assim, vão sentir-se cidadãos. Isto supõe uma consciência de pertencimento à vida política do país. Querer participar do processo de construção dos destinos da própria Nação. Ser cidadão é sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições. É interessar-se pelo bom andamento das atividades do Estado, exigindo, com postura de cidadão, que este seja coerente com os seus fundamentos, razoável no cumprimento das suas finalidades e intransigente em relação aos seus princípios constitucionais.

O exercício do voto é um ato de cidadania. Mas, escolher um governante não basta. Este precisa de sustentação para o exercício do poder que requer múltiplas decisões. Agradáveis ou não, desde que necessárias, estas têm de ser levadas a cabo e com a cumplicidade dos cidadãos. Estes não podem dar as costas para o seu governante apenas e principalmente porque ele exerce a difícil tarefa de tomar uma atitude impopular, mas necessária, pois, em muitos momentos, o governante executa negócios que, embora absolutamente indispensáveis, parecem estranhos aos interesses sociais. É nessas ocasiões que se faz necessário o discernimento, próprio de cidadão consciente, com capacidade crítica e comportamento de verdadeiro “também sócio” do seu país.

Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade de direitos, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania pressupõe também deveres. O cidadão tem de ser cónscio das suas responsabilidades enquanto parte integrante

de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum.

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO
GUILHERME UCHÔA, NA REUNIÃO SOLENE
NO DIA 28 DE ABRIL DE 2008.**

HOMENAGEM AOS 85 ANOS DA IGREJA DA CAPUNGA

A Igreja Batista da Capunga comemora 85 anos e tem sua atuação voltada não somente ao campo religioso, mas também, e com muita relevância, à área educacional do Estado, com o Colégio Americano Batista.

A Igreja Batista da Capunga recebe, nesta noite, a homenagem da Assembléia Legislativa, solicitação que tive a honra de apresentar. E aqui estão, representando a instituição, o pastor titular, Dr. Ney Silva Ladeia e o pastor emérito da igreja, Dr. José Almeida Guimarães.

A Igreja Batista da Capunga, uma das 400 igrejas dessa denominação no Estado, é uma expressiva representante das realizações da comunidade religiosa, cuja atividade é reconhecida no trabalho secular do Colégio Americano Batista.

A escola pertence à Convenção Batista de Pernambuco, à qual a igreja é filiada. Firmando-se entre os melhores estabelecimentos de ensino na capital pernambucana, foi pioneiro ao criar o Jardim da Infância, inexistente na época. O Colégio Americano Batista pôs em funcionamento a primeira escola de datilografia, os cursos Remington; e também instituiu o primeiro curso de Técnico em Enfermagem no Estado, ainda hoje em funcionamento, capacitando profissionais para o atendimento à rede hospitalar. O colégio é parte do complexo instalado no Parque Amorim, antiga chácara, no atual bairro da Boa Vista. A história dessa respeitada instituição começou quando o pastor norte-americano W.H.Canadá teve a idéia de abrir uma escola para alfabetizar e educar alunos sem condições financeiras de estudar em escolas particulares.

Transcorria o ano de 1906, e a unidade escolar teve início com 13 alunos. Exatamente 13 anos depois, o pastor Muirhead comprou a chácara situada naquela área, cuja localização facilitava o atendimento aos residentes da Madalena, Boa Vista, Encruzilhada, Casa Forte, Casa Amarela, entre outros bairros. A negociação teve o acompanhamento do então diretor do colégio, o advogado e professor Alfredo Freyre, pai do sociólogo Gilberto Freyre.

A 1ª Igreja Batista da Capunga foi fundada em 19 de abril de 1923, por 13 irmãos de fé, e cumpre, com dedicação e trabalho, a pregação do Evangelho, utilizando, além dos recursos tradicionais, os meios de comunicação de massa: televisão, rádio e internet. A igreja não se limita à educação cristã. Numa ação ampla, atua no ensino da música e apoia a assistência às pessoas com necessidades especiais. A esse respeito, vale registrar a existência, em Pernambuco, de 1.365.000 portadores de deficiência, número equivalente a cerca de 17% da população do Estado.

Existe, até, o Ministério de Apoio à Pessoa com Deficiência, que, há 16 anos, assiste a comunidade de surdos. Também está sendo desenvolvido um trabalho voltado aos cegos, com a impressão do boletim dominical da igreja em Braille.

Na área social, a Igreja mantém uma ação assistencial que inclui atendimento odontológico, psicológico, fonoaudiológico, e oftalmológico. Além disso, realiza projetos específicos, entre os quais o Consolar - destinado às crianças do NACC (Núcleo de Apoio à Criança com Câncer) - e o Profissional de Cristo, prestando atendimento a comunidades carentes no interior do Estado.

Queremos, nesta oportunidade, reverenciar dois nomes que marcaram de forma mais significativa essa história: o primeiro, José Munguba Sobrinho, que liderou a igreja de 1930 a 1967. Entre as realizações do seu ministério, destaca-se a construção do suntuoso templo localizado no Parque Amorim, onde está erguido um busto em sua homenagem. O segundo nome é o pastor José Almeida Guimarães. Ele conduziu a igreja de 1980 a 2006, período de grande avanço numérico e patrimonial, sendo, atualmente, pastor emérito da igreja.

Em outubro de 2006, assumiu o pastorado o Dr. Ney Silva Ladeia, bacharel e mestre em Teologia, no Recife, e doutor em Teologia, na Carolina do Norte, Estados Unidos.

Assim, ao promover esta reunião solene, a Assembléia Legislativa rende seu testemunho de apreço ao extraordinário trabalho de orientação religiosa e assistência social da Igreja Batista da Capunga.

Parabenizamos essa instituição e desejamos que sua história futura preserve os ideais e o compromisso de servir a Deus e à sociedade pernambucana.

Muito Obrigado!

**PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA
MIRIAM LACERDA NA REUNIÃO
DO DIA 29 DE ABRIL DE 2008.**

HOMENAGEM AO “DIA NACIONAL DA MULHER”.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

As mulheres têm conquistado, embora em tempo lento, direitos e deveres sociais que precisam ser preservados. O movimento das mulheres em seu próprio benefício é antigo. Inicialmente foi silencioso e sutil.

Assim, derrubaram-se tabus, obstáculos foram vencidos, a ocupação dos espaços foi iniciada. Graças à coragem de muitas, foi conquistado o direito ao voto, a chefia dos lares, a colocação profissional, a independência financeira e a liberdade sexual. Entretanto, apesar de válidas, essas aberturas ainda são uma gota num oceano de injustiças e preconceitos. No último século, o movimento feminista contribuiu imensamente para a efetivação das conquistas das mulheres. Embora muito tenha sido feito, as respostas às questões femininas são pouco eficazes, já que os homens ainda detêm a hegemonia em diversos setores sociais e as políticas públicas ainda devem muitos feitos à população feminina.

Prova da necessidade de maior reconhecimento da mulher é a própria institucionalização de uma data-homenagem; se a

sociedade efetivamente tivesse incorporado a idéia de que os dois sexos estão em pé de igualdade, não haveria necessidade de se criar um dia para lembrá-la.

Senhoras e Senhores,

A busca incessante por um lugar ao sol está apenas começando. As mulheres seguem às voltas com os mais variados tipos de violência: no lar, no trabalho e na sociedade. São vítimas, na maioria das vezes, silenciosas e indefesas, de agressões físicas, sexuais e psicológicas, de todos os tipos e intensidades.

Um exemplo dessa violência, que na grande maioria das vezes é cometida pelo próprio marido ou companheiro, são os números alarmantes de agressões e homicídios que são noticiados diariamente nos meios de comunicação. Só este ano, até o último dia 25 de abril, já haviam sido mortas 99 mulheres em Pernambuco.

Naquele mesmo dia, cinco deram entrada em hospitais, só no Recife, agredidas por maridos ou parceiros, vítimas da reiterada covardia que tem sido demonstrada por aqueles que deveriam andar lado a lado delas e, inclusive, disponibilizar sua proteção masculina em situações de fragilidade feminina.

Deputadas e Deputados,

Existem, ainda, outras tantas formas de violência, bem mais sutis, embora não menos perversas, como a desvalorização no mercado de trabalho (recebendo salários sempre menores do que os homens que exercem as mesmas funções), as dificuldades de ascensão a postos de comando (nas empresas e na política) e a dupla jornada, entre outras tantas.

Ao contrário do que se passa pensar, não é necessária uma “Guerra dos Sexos” para que o quadro de injustiças se reverta. Sem destituir-se de sua feminilidade, as mulheres podem engajar-se numa luta forte, mas não necessariamente agressiva. Provar ao mundo que não é necessário se revestir de um invólucro masculino para intimidar seus oponentes. A força feminina é suave e poderosa por si só.

E foi para homenagear uma mulher muito especial, nascida em Leopoldina/Minas Gerais, no dia 30 de abril de 1880, fundadora do Conselho Nacional das Mulheres, que um grupo de feministas trabalhou para que o dia 30 de abril se tornasse o **Dia Nacional da Mulher**. Isso ocorreu quase no final do período de ditadura no Brasil, no dia 09/06/1980, onde o então presidente João Batista Figueiredo, sancionou a Lei nº 6.791, já que havia sido proibida a comemoração do *Dia Internacional da Mulher* durante aquele período negro da nossa história. E quem foi essa mulher?

Ela foi Jerônima Mesquita, mulher extraordinária, grande filantropa, que, depois de viver alguns anos estudando na Europa, voltou ao Brasil trazendo consigo a coragem de enfrentar as situações contrárias à luta feminina. Uniu-se, então, a um grupo de senhoras combativas. Lutou por inúmeras causas. Faleceu no Rio de Janeiro, onde morava, em 1972. Portanto, amanhã, 30 de abril, será comemorado, em todo o Brasil, o DIA NACIONAL DA MULHER. De parabéns estamos todos nós, mulheres brasileiras!

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO,
NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, NA REUNIÃO SOLENE
NO DIA 28 DE ABRIL DE 2008.**

85 ANOS DA IGREJA BATISTA DA CAPUNGA

Realizamos, hoje, esta reunião solene para comemorar os 85 anos da Igreja Batista da Capunga. Além do reconhecimento pelas importantes atividades religiosas que essa instituição desenvolve, também lhe cabe o mérito de atuar com lavour na área educacional, por meio do Colégio Americano Batista. Colégio que tem a história iniciada em 1906. Convencido do papel da educação na melhoria das condições de vida, o pastor norte-americano W.H.Canadá abriu uma escola para estudantes que não tinham possibilidades financeiras de frequentar colégios particulares.

O começo da Igreja Batista da Capunga também foi modesto. Fundada em 1923, a igreja tinha como sede um antigo casarão. O trabalho de evangelização se desenvolveu tanto que foi necessário providenciar a ampliação das instalações. Posteriormente, o templo que hoje conhecemos foi construído, destacando-se na paisagem do Recife por sua bela arquitetura. Com uma movimentada agenda de atividades, a Igreja Batista da Capunga mantém trabalhos em diversas áreas, sem perder o foco na pregação do Evangelho. O ensino da música e a assistência às pessoas com necessidades especiais são algumas das ações que engrandecem a trajetória dessa instituição religiosa. E também vale ressaltar os projetos específicos junto a comunidades carentes no Interior do Estado.

Por tudo isso, este Grande Expediente Especial, realizado por iniciativa do presidente desta Casa, deputado Guilherme Uchoa, presta uma homenagem ao maravilhoso trabalho religioso e social da Igreja Batista da Capunga. Nós, integrantes da Casa Joaquim Nabuco, parabenizamos todos os que fazem essa instituição, que só tem promovido valores elevados na sociedade pernambucana. Muito obrigado!

**PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA
TEREZINHA NUNES NA REUNIÃO
NO DIA 29 DE ABRIL DE 2008.**

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nas últimas décadas, temos presenciado a ascensão das mulheres no campo político-administrativo em todo o mundo. O desequilíbrio entre representantes dos sexos feminino e masculino nessa área, infelizmente, ainda é grande, mas são inúmeros os exemplos em que as mulheres vêm, com toda a força, demonstrando seu poder nas políticas públicas.

É o caso da Argentina, com Cristina Kirchner como presidente, mesmo cargo ocupado por Michelle Bachelet no Chile e por Glória Macapagal Arroyo nas Filipinas. A Alemanha tem Ângela Merkel como sua primeira-ministra; na Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf é a primeira mulher democraticamente eleita a assumir a chefia de um Estado africano, economista formada em Harvard e avó de seis crianças; e na Nova Zelândia, com Helen Clark como primeira-ministra desde 1999. Nos Estados Unidos, Hillary Clinton pode ser candidata à presidência da maior nação do globo. Lembramos também de Benazir Bhutto, assassinaada no final do ano passado quando estava tentando se eleger, pela terceira vez, primeira-ministra do Paquistão, onde, em 1988, foi eleita a primeira mulher premier de um país muçulmano.

Outros países que já tiveram mulheres como chefe de estado são

Bangladesh, Nicarágua, Panamá, Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Letônia, Irlanda, Moçambique e Finlândia. Este último foi pioneiro na Europa ao votar, no início do século XX, em mulheres como deputadas e o primeiro a ter um governo majoritariamente feminino, contando, em 2007, com 12 ministras e oito ministros oriundos de quatro partidos diferentes. Não podemos deixar de citar a Índia, com Indira Gandhi tendo ocupado por duas vezes o cargo de primeira-ministra de uma sociedade fundamentalmente patriarcal, um exemplo inspirador de uma brilhante política, estrategista e pensadora; e a Inglaterra, com Margaret Thatcher como primeira-ministra entre 1979 e 1990.

As mulheres fazem diferença na política. Pesquisas apontam que elas defendem questões do seu universo de interesses, como políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança; a luta por escolas e creches; pelo controle produtivo, discriminação e assédio sexual; pela independência econômica, entre outras. Sob esses aspectos, o aumento da participação feminina em todas as esferas do Poder fortalece iniciativas que beneficiam uma maioria excluída. Podemos citar como exemplo o caso da primeira-ministra da Nova Zelândia, Helen Clark, que, desde que assumiu em 1999, conseguiu reduzir o desemprego e aumentar a rede de proteção social, além de equilibrar as finanças públicas do país.

O exemplo mais recente de um governo atento à importância da igualdade representativa é a Espanha, sendo exatamente este exemplo que me levou a decidir tratar deste assunto aqui hoje. O primeiro ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, surpreendeu a Europa e todo o mundo. Acaba de nomear como ministras nove mulheres, estando inclusive uma delas grávida de sete meses.

Na semana passada, revistas europeias, celebrando o desprendimento de Zapatero, publicaram em suas capas uma foto da ministra grávida que, por sinal, ocupa a pasta da Defesa Carme Chacón Piqueras, ressaltando sua enorme barriga enquanto, com galhardia, passava em revista as tropas do seu país.

Com esta decisão, o ministério espanhol passou a ser ocupado em sua maioria (53%) por mulheres que assumiram algumas das pastas mais importantes, sendo estas: Maria Teresa Fernández de la Vega Sanz, ministra da presidência e porta-voz; Carme Chacón Piqueras, ministra da defesa; Magdalena Álvarez Arza, ministra de fomento; Mercedes Cabrera Calvo-Sotelo, ministra da educação, política social e esportes; Elena Espinosa Mangana, ministra do meio ambiente, meio rural e marinho; Elena Salgado Méndez, ministra das administrações públicas; Beatriz Corredor Sierra; ministra da habitação; Cristina Garmendia Méndizabal, ministra da ciência e inovação; e Bibiana Aído Almagro, ministra da igualdade. Neste ato, o primeiro-ministro de um país historicamente machista e com taxas altas de violência contra a mulher, dá o exemplo de uma gestão preocupada com a diminuição das desigualdades, distribuição de competências e empoderamento equitativo entre os gêneros, postura condizente com sua ideologia político-partidária.

Infelizmente, não percebemos tal preocupação no atual governo do Brasil e tampouco no nosso estado, ambos de origem socialista, mas que vêm demonstrando uma postura retrógrada e de fortalecimento das desigualdades entre gêneros no tocante à administração pública. A representação das mulheres no governo federal é de apenas quatro entre 37 pastas, representando 10,81%, sendo duas entre os 23 Ministérios (Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo); uma entre as nove Secretarias Especiais com status de ministério (Secretaria Especial das Mulheres); e uma entre os cinco órgãos diretamente ligados à Presidência da República e que também possuem status de ministério (Casa Civil da Presidência da República). Dessa forma, o Brasil fica bem longe dos 57% da Finlândia, dos 55,6% da Noruega e, agora, dos 53% da Espanha e abaixo da média mundial, que é de 16,1% de mulheres ocupando postos nos gabinetes federais, de acordo com a UIP (União Interparlamentar). Em Pernambuco, a situação é mais vergonhosa ainda. No Poder Executivo, das 16 Secretarias Estaduais, nenhuma tem como dirigente uma mulher. Apenas a Secretaria Especial da Mulher, entre as nove secretarias especiais criadas, está sob o comando feminino, o que não poderia ser diferente, já que se trata de um órgão voltado para questões específicas das mulheres e ter um homem como gestor seria um verdadeiro absurdo. Com essa configuração, a representação feminina no Governo do Estado não passa de 4% das 25 pastas.

Tal situação é uma verdadeira regressão quando consideramos que no governo de Jarbas/Mendonça chegamos a ter quatro mulheres Secretárias de Estado entre as 16 Secretarias, ou seja, 25% da administração direta, assumindo cargos tradicionalmente ocupados por homens como a secretaria do gabinete civil, a secretaria da fazenda, a secretaria de ciência e tecnologia, a secretaria de desenvolvimento urbano, a secretaria de justiça e cidadania e a secretaria de desenvolvimento social.

É indiscutível o desprezo e a falta de interesse no governo atual com relação à representatividade feminina em sua administração, não levando em conta que Pernambuco está entre os estados do país que mais apresenta casos de violência contra as mulheres, e tem a questão do “machismo exagerado” sempre em evidência na região.

Lutar pelo fim da violência contra as mulheres é também dar às representantes do sexo feminino o poder de ocupar cargos de relevância, melhorando sua auto-estima e fazendo com que a sociedade compreenda e respeite as mulheres como profissionais responsáveis, determinadas e seguras.

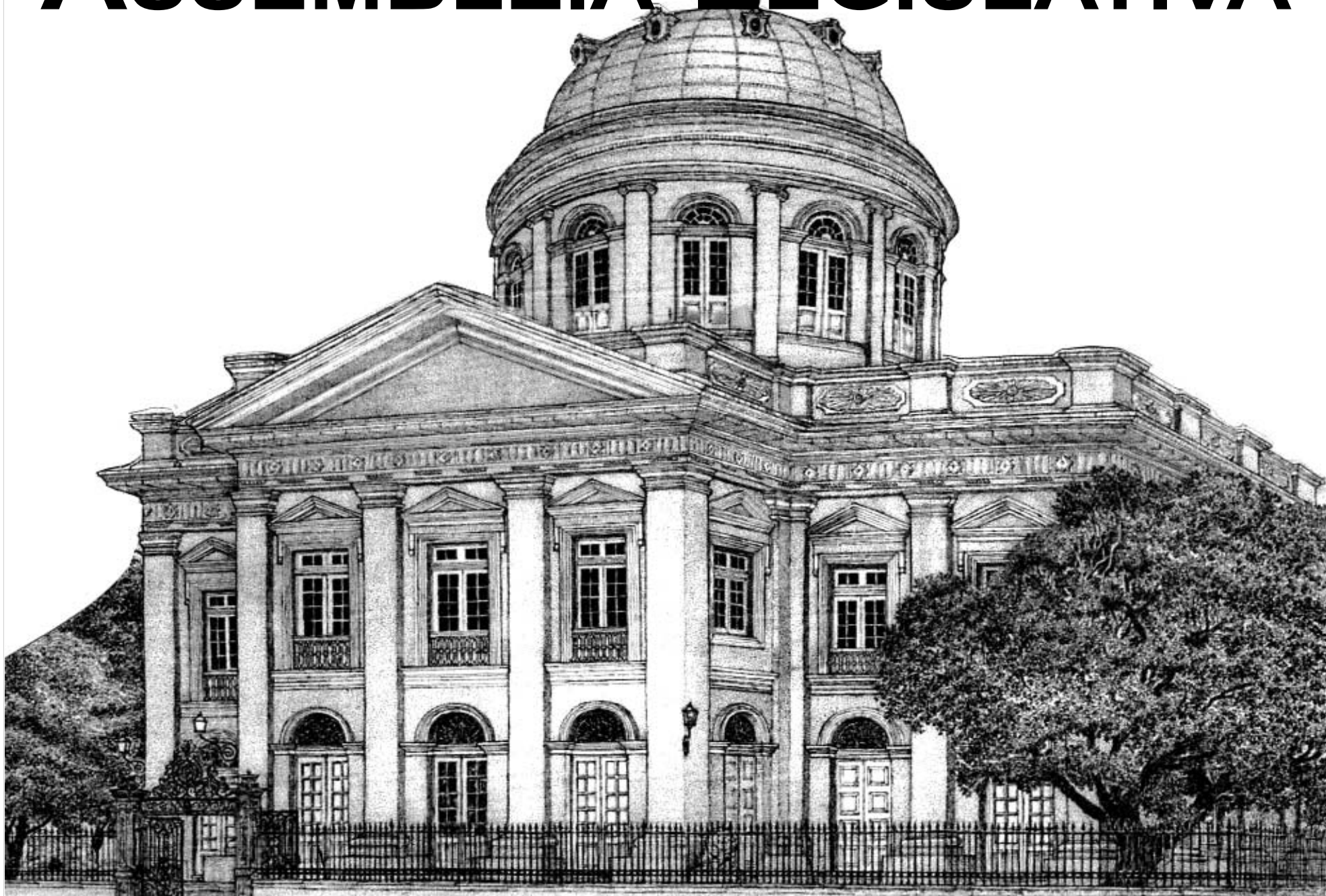
Se reduzidas pelo Estado a funções menores no poder público, as mulheres jamais poderão ganhar o realce devido e demonstrar que tanto quanto os homens são capazes de conduzir a sociedade a dias melhores.

Prestigiadas e acolhidas, participando ativamente da vida pública, elas terão suas dificuldades e conquistas tratadas com mais esmero, afinidade e, sobretudo, conhecimento. Há tempo que nossas mulheres se destacam por sua inteligência, bravura, assertividade, capacidade de liderança e diplomacia, estando perfeitamente preparadas para a vida pública sendo a quase ausência de mulheres na administração pública federal, bem como em nosso estado, imperdoável.

E não será fácil chegar a isso. Se, embora se coloque como defensor intransigente das mulheres, com o objetivo de conquistar votos, o Partido dos Trabalhadores, estando no Poder, não conseguiu demonstrar uma mudança substancial de postura, um real interesse em tratar as mulheres em igualdade com os homens, como aqui foi colocado, dificilmente, portanto, conseguirá fazer com que o atual governador, a quem apóia, trilhe também este caminho.

O povo pernambucano, por sua decisão soberana, vem dando algumas lições, como é o caso de ter colocado nesta casa, na anterior e na atual legislatura, um número de mulheres jamais visto. É uma esperança de que, pelo voto, as mulheres por final consigam o espaço que mesmo as administrações ditas socialistas não usaram garantir-lhes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



MESA DIRETORA

Guilherme Uchoa (PDT)

Presidente

Izaías Régis (PTB)

1º Vice-Presidente

Raimundo Pimentel (PSDB)

2º Secretário

Ciro Coelho (DEM)

2º Vice-Presidente

Sérgio Leite (PT)

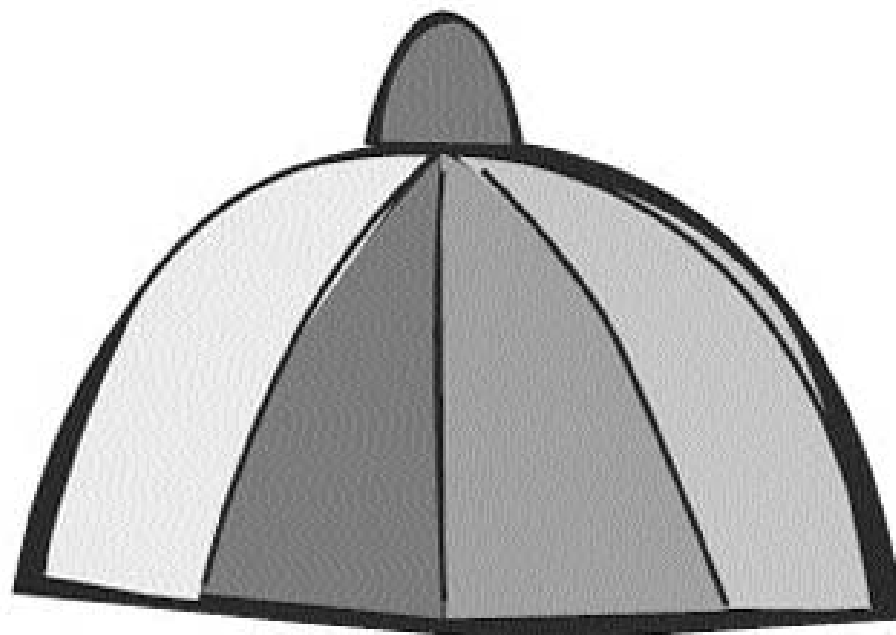
3º Secretário

João Fernando Coutinho (PSB)

1º Secretário

Henrique Queiroz (PR)

4º Secretário



SEGUNDA CULTURAL

O Projeto Segunda Cultural da Assembléia Legislativa apresenta, nas primeiras segundas-feiras de cada mês, no Plenário da Casa, espetáculos que valorizam a cultura pernambucana. Os eventos são realizados em parceria com os artistas – que não cobram cachê –, a partir das 18h. A entrada é franca. Compareça.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO